

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Novo debate no mundo

Desde o fim da Segunda Guerra não vive o mundo momento tão rico de possibilidades como agora. Difundira-se a idéia de que a história teria acabado.. Foi a época da "terceira via". Nada teríamos a fazer senão aceitar o inevitável -- a convergência de todos os países para as mesmas práticas e instituições -- e humanizar o inevitável com o recurso às políticas sociais.

Era uma apologia da subserviência. Descartava como "voluntarismo" toda tentativa de lutar contra o suposto destino global enquanto entoava uma ladainha de lamentação impotente.

Mais depressa do que todos supunham está virando um discurso rejeitado pelos centros vitais de energia e pensamento no mundo. A discussão muda de foco, tanto nas universidades dos países ricos quanto entre as lideranças emergentes dos maiores nações periféricas, como a China, a Índia e a Rússia.

O eixo do novo debate é o conflito entre duas maneiras de substituir o ideário reinante: as muitas vias e a segunda via.

Segundo a idéia das muitas vias, cada país deve combinar elementos da ortodoxia atual com heresias locais, de acordo com suas circunstâncias.

Há as heresias locais por cálculo prático, como no exemplo do Chile, com seu já abandonado esquema de controle dos movimentos do capital. Tais dissidências interesseiras e pontuais não resistem à força gravitacional das soluções dominantes.

E há as heresias locais inspiradas por uma busca de identidade cultural e religiosa, como no Irã. Resistem, mas só a preço de afundar num nacionalismo antidemocrático ou num dogmatismo clerical.

Se é universal a ortodoxia, não precisa, também, ser universal a heresia que se contraponha a ela? Desta indagação começa a nascer, como rival da idéia das muitas vias, o projeto de uma segunda via. Seria a porta estreita das mesmas inovações por que teriam de passar os países para poderem reconciliar a reinvenção do desenvolvimento com o aprofundamento da democracia e com a

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

reafirmação das diferenças nacionais. Da segunda via surgiriam depois muitas vias, aí sim com potencial de resistência.

Em que direção vai a segunda via? A construção de um Estado que conte com os meios para capacitar as pessoas. A mobilização dos recursos do país para torná-lo menos dependente da confiança dos endinheirados. A democratização do mercado, descentralizando o acesso às oportunidades produtivas, para aproveitar melhor a energia de todos. A invenção de uma democracia que engaje a cidadania na vida pública e fortaleça o poder transformador da política.

De todos os países continentais marginalizados, nenhum reúne melhores condições políticas e econômicas para desbravar a segunda via do que o Brasil. Paradoxalmente, nenhum carece mais do que o Brasil da auto-confiança que esta tarefa exige. Por isso, trabalhar para que os brasileiros reconheçam e usem sua capacidade criadora coletiva passou a ser a obra mais importante de um cidadão.

Mistificação econômica

Reina entre os defensores da falsa ortodoxia econômica a que se entregaram os governos do PT e do PSDB a mais completa confusão conceitual. Tornando patente o malogro da cartilha que abraçaram, os falsos ortodoxos não conseguem mais recorrer à fórmula consagrada: alegar que o remédio não funcionou porque a dose não foi suficiente. A dose foi cavalariagem.

Por que, então, deu errado, não só no Brasil mas onde quer que se haja aplicado, o chamado "consenso de Washington"? Não se entendem. Cada um conta estória diferente e todos juntos revelam a falência intelectual em que caíram. Só num ponto concordam: é preciso diminuir a parte da despesa pública que é gasto corrente e aumentar a parte que é investimento. O leitor desavisado talvez suponha que essa distinção entre investimento e custeio conte com base sólida na teoria das finanças públicas e nos fatos econômicos. Na verdade, é fraude a serviço de injustiça e de insensatez.

O conceito corriqueiro de investimento público associa, ilegitimamente, duas idéias distintas: a de despesa, não recorrente, por um ativo duradouro, sobretudo um ativo físico -- uma coisa, e a de despesa para obter fonte de benefícios ou de renda futuros. Um instante de reflexão basta para mostrar que a relação entre essas

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

idéias é apenas acidental. O ativo duradouro pode não produzir benefícios futuros: por exemplo, pirâmide construída para enaltecer o governante. E o benefício futuro pode resultar de despesa corrente: por exemplo, em salários de agentes de saúde pública. A associação forçada das duas idéias fundamenta a preferência por gasto em coisas sobre gasto em gente.

Exemplos esclarecem. Construção de escola seria investimento. Pagamento de professor seria custeio. Uma das maiores deformações do gasto em educação no Brasil tem sido preocupar-se mais com construção de escola do que com pagamento e formação de professor. Cingapura, admirada pelos falsos ortodoxos, sempre insistiu em pagar regimento os funcionários públicos, mesmo quando era muito mais pobre do que é hoje, porque compreendeu que sem corpo funcional de alta qualidade não há como executar bem qualquer política pública. A distinção entre investimento público e despesa corrente não faz sentido. O que faz sentido é discutir e cobrar a eficiência do gasto público, seja ele classificado, na terminologia contábil, como custeio ou investimento.

A distinção entre investimento e custeio nunca fez parte da teoria das finanças públicas, até que difundida, a partir das universidades americanas, em décadas recentes. Na época de Wicksell, de Keynes e de Schumpeter, houve esforço para livrar a análise econômica de fetiches jurídicos e contábeis como esse. No ambiente despolitizado de final do século 20, tudo regrediu. Na Europa, social-democratas conservadores passaram a usar a distinção entre investimento público e gasto corrente para reconciliar o ativismo dos governos com a prudência fiscal: o governo poderia tomar emprestado -- mas só para investir. Mistificação medrosa.

No Brasil, é mais grave. País radicalmente desigual como o nosso, precisa gastar em gente mais do que em estradas e usinas. Entre nós, a distinção entre investimento e custeio serve para atacar o gasto na educação e na saúde dos brasileiros bem como nos salários e nas pensões dos funcionários do Estado. É como aquela bomba que mata as pessoas e deixa as coisas incólumes. Mistificação marota.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Aliados em Viena

A Austria é um país pequeno, tradicionalmente na vanguarda da democracia social na Europa. O Partido Social Democrata (antigo Partido Socialista) é o maior do país. Está hoje, porém, na oposição a um governo de centro-direita, preparando-se para as eleições em que espera ser reconduzido ao poder. Sob seu novo presidente, Alfred Gusenbauer, o partido aproveita seu tempo na oposição para reinventar-se. A convite de Gusenbauer, acabo de passar alguns dias em Viena, discutindo com os dirigentes do partido e com a bancada parlamentar o rumo do centro-esquerda na Austria e na Europa.

No após-guerra, a social-democracia européia abandonou a tentativa de reorganizar a economia e o Estado. Ganhou, em troca, o poder de atenuar as desigualdades por meio de políticas sociais e as inseguranças econômicas por meio de garantias a trabalhadores e pequenos empresários. É um sistema que agora se exaure.

Sob pressão da concorrência européia e mundial, enfraquecem-se muitas garantias para manter o que se julga essencial: um alto nível de direitos à educação, à saúde e previdência. Está condenado o centro-esquerda a apenas humanizar o programa que se convencionou chamar "neoliberal"? Ou pode recuperar seu potencial transformador, com um projeto de reorganização da produção e da política? Foi êste o foco do debate em Viena.

A alternativa que discutimos obedece a cinco diretrizes. Assegurar a todo cidadão um patrimônio mínimo para financiar suas primeiras iniciativas e o direito de voltar à escola, com apoio público, cada cinco a dez anos, para renovar conhecimentos e capacidades. Organizar formas de coordenação estratégica descentralizada e experimental entre o Estado e as empresas que sirvam tanto para acelerar a reorganização das velhas indústrias quanto para ampliar a base social de ingresso na "nova economia". (Ao contrário do keynesianismo, este projeto intervém do lado da oferta, mais do que do lado da demanda.) Abrir canais diretos entre a poupança e a produção, impedindo que os grandes bancos gozem de veto

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

sobre empreendimentos e inovações. Exercer, por meio de parcerias entre o Estado e grupos comunitários, a responsabilidade de tomar conta das crianças, dos velhos e dos necessitados, até mesmo através de um serviço social obrigatório para todos. E inaugurar práticas de engajamento popular nas decisões coletivas e de acesso aos meios de comunicação que abram, em favor de partidos, movimentos e associações, os instrumentos de uma política mobilizadora.

O objetivo é colocar a democracia social do lado das forças inconformadas, impacientes e criadoras, voltando ao terreno de que a social democracia conservadora se retirou -- a produção e a política. As palavras de ordem são: capacitações para todos em vez de privilégios para alguns; democratização em vez de regulamentação do mercado; aprofundamento em vez de burocratização da democracia; mobilização dos recursos nacionais para a produção em vez de busca da confiança dos mercados financeiros; e participação de todos tanto em atividades produtivas quanto em atividades sociais em vez de mera transferência do dinheiro que sobra para as pessoas que sobram. Um programa como este não é mais luxo de país rico. É, para qualquer país, com os ajustes exigidos por cada circunstância, condição de independência, vigor e justiça.

Fervor em Buenos Aires

A Argentina virou um espelho em que podemos ver a imagem exagerada do que acontece no Brasil. Três dias de palestras e discussões em Buenos Aires revelam uma realidade estarrecedora.

A política econômica da Argentina é hoje uma pseudo-ortodoxia, atenuada por um pseudokeynesianismo. A pseudo_ortodoxia é o esforço para ganhar e manter, a qualquer preço, a confiança dos credores do Estado e dos detentores do dinheiro. Daí a insistência em preservar um regime monetário que, abdicando da soberania sobre a moeda, esvazia a capacidade do país de combater a recessão e o desemprego.

Daí também o jogo de chantagem recíproca. Dizem os financistas ao governo: mantenha as regras que nos asseguram nossos dólares e nossos juros de conta de fadas; se não, pulamos fora. Responde o governo aos financistas: se não

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

nos refinanciarem, aceitando nossas previsões implausíveis de crescimento econômico, cairão conosco.

Não é a ortodoxia dos manuais. É a reinvenção, para países depauperados e obedientes, do sistema do "padrão ouro" que vigia nos países ricos no final do século 19. Trata o enfraquecimento do governo menos como problema do que como solução.

Aí vem, para completar a fórmula, o pseudokeynesianismo. Cavallo convoca os grandes empresários de cada setor e ordena: eu lhes diminuo um tanto deste imposto e um tanto daquele, e vocês tratem de abater outro tanto dos preços de seus produtos. Nada de regras e critérios. Nada de ganhos verdadeiros de produtividade. Apenas concessões tributárias casuísticas, num país em que já é relativamente baixa a arrecadação. Um balcão de favores, em lugar de estratégia nacional e de estado de direito.

Pode funcionar? Pode, precariamente, animando o consumo e baixando os juros, até a próxima crise de confiança. O que não pode é criar condições para novo ciclo de desenvolvimento que resguarde a independência da nação e dê a milhões de argentinos desesperançados oportunidade para trabalhar e produzir.

As mais de duas mil pessoas amontoadas num centro de convenções (e os milhares delas que acompanharam por vídeo em outras cidades) para ouvir um estrangeiro propor uma alternativa, que não encontram no denunciamento moral e social da oposição, mostraram o outro lado do país.

Esta alternativa passa pela reconquista da soberania monetária, pela distribuição ordeira dos sacrifícios resultantes, pela mobilização da poupança nacional, pela canalização direta desta poupança para o investimento produtivo, por uma política de reativação da economia que defina o que governo e empresas, juntos, devem priorizar e que subordine qualquer ajuda pública à ampliação do rol de beneficiados, pela transformação do Mercosul em plataforma desta alternativa desenvolvimentista, pela criação de um federalismo flexível que seja capaz, sobretudo, de melhorar a qualidade do ensino público e pela reorganização dos partidos em torno de projetos nacionais fortes e contrastantes.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Para entrar neste caminho, a Argentina precisa levantar-se. Precisa decidir ser um país de verdade e lutar para reafirmar um destino nacional. Em outras palavras, precisa fazer o que faremos.

Consenso em favor do crescimento

O Brasil precisa voltar a crescer. Sem isso, não conseguiremos mais igualdade e decência. Não há como retomar o desenvolvimento sem reorientar o rumo. É a tarefa mais importante do futuro governo. Para executá-la, temos de formar o consenso necessário e agregar gente em torno dele.

Começemos pelo emergencial. O país perdeu o hábito, mas não a capacidade, de planejar. A moda neoliberal deu numa crise, como esta de eletricidade, tipicamente soviética. Ao enfrentá-la, por uma combinação de investimento público e regulação do investimento privado, tratemos de readquirir o hábito de pensar o país a longo prazo.

Com isso, poderemos começar a criar condições gerais ("macroeconômicas") propícias ao crescimento. E desenvolver uma maneira ("microeconômica") mais eficaz de ajudar, lá em baixo, quem quer trabalhar e produzir. Afirmemos o
compromisso com a verdadeira ortodoxia macroeconômica -- estabilidade monetária, realismo fiscal, e abertura criteriosa para o mundo. Não se confunda, porém, ortodoxia macroeconômica com sacrifício da economia real aos preconceitos do mercado financeiro. E insista-em em que tenha, como contrapartida, heterodoxias arrojadas na parceria entre governo e empresas.

Na macroeconomia, o cerne do problema é o círculo vicioso de juros altos e estagnação econômica. Os juros não baixam porque, sem crescimento, míngua a confiança na capacidade do governo de honrar suas obrigações. E o crescimento não ocorre sem que baixem os juros.

A solução comporta três elementos. Têm de ser complementados por um esforço para redistribuir renda, melhorar salários e aprofundar o mercado interno. O primeiro elemento é racionalizar o esforço fiscal, tributando o consumo e

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

desonerando a produção. O segundo elemento é aproveitar melhor a poupança, sobretudo previdenciária, estreitando seus vínculos com a produção.

Multipliquemos veículos, tanto privados quanto públicos, para o financiamento de atividades que criem empregos e oportunidades.

O terceiro elemento, condicionado pelos outros dois, é acelerar a baixa dos juros, e o alongamento dos prazos, da dívida pública interna. De maneira vacilante, o governo atual já o estava fazendo, até ser surpreendido pelos efeitos de sua própria incompetência. O calote seria, pior do que um crime, um erro. Cabe ao governo, porém, reforçar seu poder legítimo de barganha para baixar juros que estrangulam tanto o investimento privado quanto o público. Para isso, tem de fiar-se não só na solidez de sua posição fiscal, mas também no vigor do processo de substituir importações e ganhar mercados no mundo.

Para animar este processo, precisamos de inovações microeconômicas. Que difundam práticas, tecnologias e conhecimentos. Que facilitem alternativas de crédito. Que estimulem empresas a combinar concorrência com cooperação. E que mostrem como, de forma descentralizada, governos e empresas podem colaborar, sem que o poder público tenha de escolher entre fazer nada e render-se às clientelas.

O consenso em favor do crescimento não é a grande alternativa democratizante por que me bato. Marca apenas o próximo passo que o Brasil pode e deve dar. Mas que passo!

Dívida e crescimento

Meu último artigo nesta coluna propôs diretrizes de um consenso em favor do crescimento. Compromete-se com a estabilidade monetária, o realismo fiscal e a abertura criteriosa para o mundo. Mas estes compromissos não bastam, argumentei, para definir um novo pacto de desenvolvimento.

Temos, também, de superar a escolha entre um Estado que nada faz pela produção e um Estado que se rende a clientelas. Desenvolver para toda a economia a parceria entre poder público e iniciativa privada que triunfou na agricultura de

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

muitos países. Condicionar qualquer estímulo à ampliação do rol de beneficiados. Democratizar o mercado, descentralizando o acesso aos recursos e às oportunidades da produção. E redistribuir renda para diminuir desigualdades e sustentar o ímpeto produtivo.

Precisamos romper o círculo vicioso de juros altos e estagnação econômica. Sem baixa dos juros, a economia não cresce. Sem crescimento, os juros não caem.

Os juros que o governo paga pela aceitação dos títulos de sua dívida constituem a taxa básica de juros na economia. No nível em que estão, absorvem grande parte do orçamento federal, impedindo o governo de investir mais na capacitação dos brasileiros ou na infra-estrutura de energia e transporte. E estrangulam o investimento privado. Não importa que o estoque da dívida seja relativamente pequeno. Os juros matam.

Calote, jamais. É vital assegurar a integridade do ciclo de poupança e investimento, que o calote agrediria. Ver a poupança melhor canalizada para a produção é condição para um desenvolvimento mais independente e igualizador. Felizmente, o Brasil conta com instituições financeiras grandes e eficientes, muitas em mãos nacionais. Para elas, viver de negócios com o governo é viver perigosamente. Começam a se voltar para o financiamento da produção e do consumo, embora não possam completar o caminho sem que os juros continuem a cair. Convém ajudá-las. Precisamos dos bancos para organizar, sobretudo, tanto a poupança quanto o investimento de longo prazo, inclusive um mercado hipotecário que facilite a compra da casa própria.

Cabe ao futuro governo continuar, sem as vacilações do governo atual, a política, já iniciada, de baixar os juros da dívida e alongar os prazos de seu pagamento. É a renegociação normal que se dá, todos os dias em todo o mundo, por operações de mercado. E que nos países melhor organizados é cercada por trocas de idéias entre quadros da iniciativa privada e quadros do governo sobre a estratégia da nação e as necessidades da economia. A reestruturação forçada da dívida, velada ou não, só surge no desespero.

Um dos requisitos para quebrar o círculo vicioso de estagnação econômica e juros altos é adotar um regime tributário que, incidindo sobre o consumo, desonere a produção. Outro requisito é fazer da previdência, privada e pública, um

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

instrumento melhor de mobilização da poupança para o investimento produtivo. Estas iniciativas fortalecem a confiança ao mesmo tempo que animam o crescimento.

A tradição em finanças públicas é agir, não falar. O Brasil, porém, está cansado tanto de subterfúgio e mágica quanto de fatalismo e rendição. Tratemos de aprender a discutir, parte por parte, o futuro nacional que construímos.

O tema secreto da sucessão

O projeto que se tornou dominante no mundo em décadas recentes exige convergência com as instituições dos países ricos, incorporação passiva das economias nacionais à economia mundial (tal como organizada pelos Estados Unidos e seus aliados) e investimento compensatório no social. O discurso do social sempre fez parte desse projeto.

Sobre essa fórmula básica, que se convencionou chamar neoliberal, políticos, tecnocratas, banqueiros e economistas a serviço do império, do dinheiro ou do dogma ergueram uma fantasia passadista. Levaram alguns países em desenvolvimento a abdicar da soberania monetária, a tolerar baixo nível de poupança, a restringir a capacidade do Estado de investir e a liberar os movimentos do capital.

Como o antigo regime que lastreava a moeda no ouro, o sistema que criaram -- um equivalente ao padrão-ouro -- estreita a margem de manobra dos governos em política econômica. A consequente necessidade de depender dos mercados financeiros é vista como solução, não como problema: tem por missão impedir as heresias econômicas nacionais, acoimadas de aventureiras e populistas.

E agora? Tudo começa a mudar. Uma recessão se apodera das economias mais ricas. Mais do que refletir mero movimento cíclico, parece marcar o início de uma inflexão duradoura, dando sumiço ao dinheiro fácil. Reestabelece-se agora a lição da história moderna: quem resiste e inventa, vai para cima; quem obedece e imita, vai para baixo.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

As primeiras vítimas da nova situação são os países, como a Argentina, que embarcaram na versão exagerada da incorporação passiva à economia mundial. (O Brasil só embarcou pela metade.) O estrago, porém, não para por aí. É o próprio projeto dominante, não apenas sua excrescência financeira e colonial, o que está em cheque. Em toda a parte surgem reformadores frustrados, como o presidente Fox no México, que procuram uma maneira de virar Roosevelt em vez de virar Hoover. Não sabem como escapar do fosso.

Qual a proposta programática que contestará o ideário combalido? Enganam-se os que prevêm uma volta ao isolamento nacional e ao Keynesianismo vulgar, o crescimento puxado pelo sacrifício da disciplina monetária e fiscal ao fortalecimento do poder aquisitivo popular.

O que está em gestação mundo afora é um rumo com três vertentes. Seu primeiro eixo é a invenção de novas maneiras de transmitir equipamento educativo e econômico às maiorias excluídas dos setores avançados da economia -- uma intervenção progressista do lado da oferta, não da demanda. Seu segundo eixo é o aprofundamento da democracia através da combinação da democracia representativa com traços da democracia direta e participativa. Seu terceiro eixo é o reordenamento da globalização para facilitar uma diversidade maior de trajetórias nacionais e de formas de civilização.

Os problemas e as oportunidades que inspiram essa agenda compõem o subtexto da sucessão presidencial brasileira. Distantes do dia-a-dia trivial da política, definem a essência do que está em jogo. Falta traduzir esse sentido profundo do nosso momento em linguagem que fale a todos. Se construirmos os elos entre o que as pessoas sentem e querem e o que a circunstância permite e exige, abriremos caminho para o Brasil. E de repente veremos grande parte do mundo lutando para alargá-lo. Habitado a seguir, o Brasil terá passado, sem querer, a liderar.

Dínamo desconhecido

Juro mais baixo e moeda menos valorizada são condições necessárias para que o Brasil rompa a camisa-de-força que o impede de caminhar. Necessárias mas

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

não suficientes. Há dínamo secreto na economia brasileira. Não é tema de nosso debate econômico. Transcorre o debate como se fossemos qualquer outro país que também sofra de juro alto: a Turquia, por exemplo. E oscila entre duas posições desacreditas no resto do mundo: o financismo, disposto a sacrificar a economia real à confiança financeira, e o Keynesianismo vulgar, crente de que, para regressarmos ao paraíso perdido do crescimento, basta que o Estado e os consumidores gastem mais.

Traço marcante de nossa economia é sua extraordinária fragmentação. Comparado o Brasil com outros países em nível semelhante de desenvolvimento, logo ressalta o predomínio extremado entre nós de empreendimentos de pequena escala. Costumam operar na fronteira entre a legalidade e a ilegalidade, entre o emprego regularizado e o trabalho informal. Por carecer de acesso a crédito, a tecnologia, a conhecimento e a instrumentos para vencer as desvantagens da pequena escala (como seriam os mutirões de produtores para competir e cooperar ao mesmo tempo), ficam relegadas à periferia amorfa e desequipada de nossa economia. Respondem, contudo, pela vasta maioria dos empregos. E fervilham de energia, com pendor para o improvisado engenhoso e ousado, que seria, se tivessem meios, a alavanca de grande reviravolta econômica.

Essa realidade econômica tem lado social. Ela representa o campo de uma classe média emergente, vinda de baixo e dedicada à cultura da auto-ajuda e da iniciativa, que está transformando, silenciosamente, o Brasil. Classe média que, indiferente aos preconceitos da direita e da esquerda, já virou a vanguarda que a maioria dos brasileiros quer seguir. Se o governo provê-la das oportunidades que lhe faltam, ele realizará, de uma só vez, revolução econômica e revolução social.

Essas duas revoluções conjugadas virão ao encontro de grande mudança no mundo. A produção padronizada, rígida e burra declina. A produção não padronizada, flexível e inteligente ascende. Resta saber se as novas práticas do experimentalismo produtivo irão expandir-se por larga parte de cada economia nacional ou ficar restritas a setores elitizados. Temos condições únicas para andar na frente dessa transformação mundial. Para isso, porém, falta-nos realismo, porque nos falta imaginação.

Como ter um empresariado nacional

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Pergunte a qualquer grande empresário brasileiro como vai o empresariado nacional. Em geral, responderá, constrangido, que quase não existe mais.

Muitos já venderam suas empresas a estrangeiros ou se preparam para fazê-lo. Trocaram ou trocarão produção por dinheiro. Quem cansa ou malogra como produtor pode viver de renda com os juros altos que só o governo pode pagar.

Entretanto, segundo um estudo que acaba de ser publicado pelo Banco Mundial, o Brasil é hoje o país campeão em características que medem o vigor da cultura empresarial, como a porcentagem de pessoas com empreendimento próprio. Uma nação de empreendedores cujos maiores empresários estão vendendo os negócios a estrangeiros e virando "rentiers"?

Não há um único caso na história contemporânea de um país que tenha conseguido enriquecer e democratizar oportunidades econômicas e educativas sem contar com grandes empresas nacionais. A razão profunda está na conjunção de três exigências do desenvolvimento que a presença de tais empresas ajuda a atender: escala de produção, autonomia para elaborar estratégias nacionais e fortalecimento da capacidade de combinar concorrência e cooperação, dentro e fora do sistema produtivo. Da arte de competir e cooperar, em todas as escalas, surgem as riquezas e as disposições que permitem cuidar do social. E da permanência de grandes empresas em mãos nacionais resulta maior poder de tomar no Brasil decisões que convenham ao Brasil.

A desnacionalização da nossa economia não é fatalidade da globalização e da abertura econômica. É consequência de um rumo errado. Há seis condições básicas para consolidar grandes empresas nacionais que nos ajudem a retomar e a reorientar o desenvolvimento brasileiro.

A primeira condição é diminuir nossa dependência de recursos externos, aprendendo a mobilizar nossa poupança para o financiamento da nossa produção. A segunda condição é substituir, nas grandes empresas, o nepotismo pela meritocracia e os caprichos do controlador pelo respeito a quem trabalha ou investe. A terceira condição é superar a escolha entre o modelo americano de um Estado que se limita a regular as empresas a distância e o modelo do nordeste asiático de um plano estratégico acertado entre burocratas e empresários. Políticos industriais e comerciais, sim, porém, submetidas a regras e a critérios de

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

desempenho. Pluralistas, participativas e experimentais. E subordinadas ao princípio de que todo incentivo público se legitima pela ampliação do acesso ao crédito, ao conhecimento, à tecnologia e aos mercados. A quarta condição é negociar com as multinacionais os termos de sua atuação no país, para que elas sirvam de escolas e parceiras, não apenas de postos para reproduzir aqui os produtos atrasados que deixaram de fabricar alhures. A quinta condição é aprofundar nosso potencial tecnológico de ponta e torná-lo acessível a muitos. Temos de formar uma elite científica e tecnológica que nos ajude a substituir o hábito da cópia pela prática da inovação. A sexta condição é fechar a porta: quem vai à falência deve ficar pobre, não rico, e viver de trabalhar e produzir deve ser mais vantajoso do que viver de renda.

Nada de radical nos métodos. Tudo transformador nos efeitos. O Brasil precisa de um grande empresariado nacional. E o grande empresariado brasileiro precisa de um Estado atuante e de um Brasil inconformado e resistente.

Consenso fraco e alternativa forte

Dois temas definem o projeto que se vai tornando dominante no discurso brasileiro: políticas industriais para crescer e exportar, e redes de proteção social, como bolsa-escola e renda mínima, para moderar os extremos da desigualdade e da exclusão. O candidato presidencial da situação e o do PT convergirão na defesa da proposta definida por esses dois temas. Políticas industriais e redes de proteção social são necessárias. Pervertem-se, porém, e deixam de contribuir a uma estratégia desenvolvimentista e democratizante, quando não se combinam com outros elementos.

Na realidade atual, políticas industriais significam o balcão de favores para os influentes: a fila especial para tomar dinheiro emprestado nos bancos públicos ou a proteção casuística contra a concorrência estrangeira e doméstica.

Redes de proteção social degeneram em políticas compensatórias: as migalhas de caridade pública que um Estado falido como o nosso ainda consegue financiar. O Presidente da República se revolta contra a alcunha de neoliberal, alegando que se dedicou a ampliar tais redes. Esquece que fazem parte da doutrina

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

neoliberal, que sempre as identificou como contrapeso à abdicação pelo Estado de qualquer estratégia vigorosa de desenvolvimento nacional.

Tudo muda quando políticas sociais e industriais passam a integrar um projeto maior. Ao acrescentar outros elementos, esse projeto muda o significado dos dois temas do discurso dominante. O primeiro elemento adicional é o compromisso de mobilizar a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo, diminuindo nossa dependência do capital estrangeiro. Com isso, ganhamos força para abrir nosso próprio caminho. O segundo elemento é a luta para assegurar à massa de pequenos empreendedores atuais ou pretendentes, agentes da nossa nova cultura de auto-ajuda e iniciativa, acesso aos mercados, ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento. É a democratização do mercado, que será o motor do crescimento brasileiro e a maneira mais eficaz de diminuir as desigualdades. As políticas industriais terão de servir a esse objetivo e as políticas sociais terão de complementá-lo, assumindo seu verdadeiro papel de capacitar as pessoas. O terceiro elemento é a consolidação de um núcleo de ensino público e de saúde pública suficientemente bom para atrair a classe média. Beneficiária do serviço, a classe média se tornará fiadora da qualidade, em proveito de todos. O quarto elemento é a construção de um regime de partidos fortes por meio de iniciativas como o financiamento público das campanhas e o avanço em direção ao sistema de voto em listas partidárias. Esse regime constitui preliminar a qualquer possibilidade séria de mudar a forma de governo. E oferece base para democratizar o mercado e para completar a destruição do clientelismo. O quinto elemento é a afirmação da identidade nacional: a insistência em defender os interesses específicos do Brasil, seu rumo próprio e sua mensagem singular entre as nações. Repercutirá em todos os campos, desde a cultura até a política exterior, hoje reduzida a negociações comerciais titubeantes, defensivas e malogradas.

Não desenvolveremos nem humanizaremos o Brasil sem reorientá-lo e reorganizá-lo. Para isso, precisamos de alternativa forte ao projeto fraco, do corporativismo abrandado pela caridade, que o candidato oficial e o candidato da oposição oficial juntos propõem ao país.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Mudar o modelo econômico

Na eleição de 2006, os que querem persistir na anti-estratégia de desenvolvimento que seguimos nesses anos de mediocridade e de abdicação nacional enfrentarão os que propõem mudarmos de rumo. Sem essa mudança, os belos compromissos de instituir políticas sociais universalizantes, de melhorar a qualidade do ensino público e de conter a influência do dinheiro sobre a política serão enganações fadadas a virarem desilusões. E só a luta em prol dessa mudança dará foco e oportunidade ao esforço para construir democracia participativa de alta energia.

A mudança necessária nada tem de milagreira. Não está isenta de riscos. Acaba, entretanto, com a sangria sem fim imposta ao país pela orientação atual.

Em primeiro lugar, tensionar com os mercados financeiros para forçar a baixa drástica do juro. Nem amém, nem calote. Usar o poder de pressão que o enorme sacrifício fiscal possibilitou. Daí a importância de perseverar nesse sacrifício, resistindo à tentação de usar a política fiscal de maneira contra-cíclica, como conviria a governos menos viciados na dependência dos mercados financeiros do que o nosso. Tensionar sob o escudo protetor de controles fortalecidos sobre as entradas e saídas de capital. E compensar esse jogo de braço com medidas destinadas a fomentar e a organizar a poupança de longo prazo, a ser mobilizada para o investimento de longo prazo.

Em segundo lugar, fazer como fazem a China e a Índia negociando com as multinacionais para condicionar a presença delas à transferência de tecnologia adiantada e à qualificação do trabalhador brasileiro.

Em terceiro lugar, atacar de frente a informalidade: quer dizer o trabalho ilegal, e portanto inseguro e humilhante, a que continuam condenados sessenta por cento de nossos trabalhadores. Para isso, abolir todos os encargos sobre a folha de salários, e passar a financiar os direitos trabalhistas na base dos impostos gerais. Melhor usar o sacrifício fiscal para isso do que para enriquecer os credores da dívida pública. A expansão da base tributária permitirá aos poucos a redução da carga tributária.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Em quarto lugar, reverter o arrocho salarial, apostando na valorização do salário e no adestrado do trabalhador. Nada de vender trabalho barato ao mundo. Aumento dos fluxos de comércio internacional como contrapartida ao aprofundamento do mercado interno. A partir do topo da hierarquia salarial, generalizar o princípio constitucional de participação dos assalariados nos lucros das empresas. No base há hierarquia salarial, dar incentivo tributário para o emprego e a qualificação dos trabalhadores mais pobres. No meio da hierarquia salarial, fortalecer o direito dos trabalhadores organizados de representar os interesses dos não organizados em seus setores.

Em quinto lugar, fazer a grande revolução econômica no Brasil de hoje: abrir acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento em favor da multidão empreendedora que surge de baixo. Mandar embora a quadrilha de apaniguados que suga o dinheiro do governo e do trabalhador nos bancos oficiais e nas organizações oficiais de fomento. E passar a instrumentalizar o dinamismo disperso e frustrado do país.

É o mero bom senso. É factível com os meios à mão. Só se fará, porém, por obra de um movimento audacioso para esclarecer o povo brasileiro e para ganhar o poder no Brasil.

O momento brasileiro

"Farei tais coisas que eu nem sei", diz o Rei Lear na mais perturbadora das peças de Shakespeare. Assim estão hoje os quadros dirigentes e falantes do Brasil diante de uma conjuntura mundial que está inviabilizando o caminho seguido pelo país e por seu governo.

O rumo inviabilizado é o da integração passiva à economia globalizada, o do esforço para obedecer aos preceitos da pseudo-ortodoxia recomendada pelos países mais ricos aos outros e o da aposta de que a confiança assegurada pela obediência produziria enxurrada de investimentos. Nunca houve a menor possibilidade de que essa estratégia funcionasse, já que nunca funcionou em lugar algum.

Foi, porém, necessário que se iniciasse recessão internacional e que começassem a ficar evidentes as vantagens de países menos prostrados para que

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

mudassem, também, os chavões em moda no Brasil. O governo brasileiro procura desfarçar a gravidade da situação, atribuindo-a a fatalidades passageiras. Não conseguiu, porém, impedir redirecionamento drástico das idéias que predominam na opinião brasileira.

Agora, quase todos propõem iniciativas do governo para retomar o crescimento econômico com compromisso social. Pregam postura crítica diante da globalização atual. Afirmam que precisamos de um Estado atuante. De um Estado que organize o desenvolvimento em parceria com a iniciativa privada, que diminua a dependência externa e que redistribua a renda. Grande consenso norteador dos nossos próximos passos?

Nada disso: grande nevoeiro de palavras edificantes, obscurecendo as opções duras que temos pela frente. Querem dourar a pílula antes de escolhê-la.

Não se reconciliarão a estabilidade monetária e a responsabilidade fiscal com a retomada do crescimento sem conflito e sacrifício: da parte do governo federal, o esforço para fazer mais com menos; da parte dos endinheirados, a perda da máscara das pessoas jurídicas e do escondeirijo dos paraísos fiscais; e da parte de toda a população, a paciência para aceitar um regime de impostos que continuará por muito tempo a ser injusto. Não se combinarão mais exportação com substituição de importações sem que se condicione toda a ajuda pública a critérios de desempenho das empresas e de aprofundamento da concorrência que ameaçarão muitos interesses. Não se lançarão bases para desenvolvimento com justiça sem dar prioridade à massa de empreendedores e profissionais emergentes -- não porque sejam os mais necessitados ou merecedores mas porque são os que podem mais rapidamente mudar o país e abrir caminho para mudanças ainda mais profundas. Não se consolidarão um ensino público e uma medicina pública que prestem sem que se atraia a eles a classe média, mesmo a custa de diminuir a rapidez com que se expandem unidades e vagas. Não se resolverão os problemas internos do país sem que o Brasil se repositicione no mundo, enfrentando os riscos e os transtornos inerentes à reorientação de sua política externa minúscula e malograda.

Nada disso pode acontecer sem coragem e clareza para reconhecer verdades inconvenientes. Não se constrói sem aglutinar. Não se muda sem dividir. Para saber quando aglutinar e quando dividir não basta ter senso de oportunidade. É

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

preciso ter visão.

Brasil, país de inovadores

A fonte maior da prosperidade é a reunião da capacidade de inovar com a capacidade de cooperar. Enriquecem os países quando desenvolvem práticas e instituições que reconciliam melhor esses dois imperativos. É nesse mesmo solo que vicejam as democracias: o hábito de cooperar para inovar dissolve pouco a pouco hierarquias e preconceitos. E dá poder ao homem e à mulher comuns.

Falta ao debate econômico brasileiro o tema mais importante: a arte de trabalhar em equipe para imaginar e para criar o novo. Esse é o elemento decisivo nessa caixa-preta que os economistas chamam aumento de produtividade. Temos como dar grande salto no fortalecimento da nossa capacidade cooperativa e inovadora se soubermos aproveitar e combinar duas oportunidades.

A primeira oportunidade vem de fora, do mundo. É o surgimento nas sociedades contemporâneas de um conjunto de práticas que permite aliança mais íntima entre a cooperação e a inovação. Organizações pouco hierárquicas que atenuam os contrastes entre tarefas de supervisão e de execução, métodos para aprender fazendo, arranjos que combinam cooperação com concorrência, redefinição permanente de produtos e processos à luz das oportunidades que se vão revelando na prática -- tudo isso faz parte de uma aceleração do experimentalismo. O sentido da tecnologia nessa cultura é encarnar em máquinas tudo o que se possa repetir. E permitir que a inteligência se desloque para a fronteira do novo, ainda não suscetível de repetição.

O problema é que essa transformação ocorre em pequenas ilhas sociais de privilégio e de conhecimento. Só pode difundir-se por um esforço que tem de ser coletivo e público mas que não deve degenerar em dirigismo estatal.

A outra oportunidade vem de dentro, do Brasil. É o vigor da nossa nova cultura de iniciativa, reforçado pela flexibilidade do nosso trabalhador. Nenhum país, inclusive os Estados Unidos, conta com parte maior de sua população engajada em tentativas de empreendimento do que o Brasil.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

O que falta para juntar essas duas oportunidades, a que vem de fora e a que vem de dentro, tornando o Brasil um país de inovadores? Falta reunir três iniciativas.

Em primeiro lugar, diminuir nossa dependência de financiamento externo, que periodicamente interrompe o crescimento da economia brasileira, tornando inacessível o crédito. A solução tem muitos aspectos. O mais importante de todos é a mobilização da poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo.

Em segundo lugar, avançar na disponibilidade do ensino público de qualidade. Não basta investir mais em escola e professor. É preciso abandonar o enciclopedismo informativo em favor do cultivo das capacidades de analisar as idéias e de usar o conhecimento. Formar inovadores. Colocar a imaginação no trono do saber.

Em terceiro lugar, dar voz e vez a nossa cultura empreendedora emergente. O que significa rejeitar a escolha entre o modelo americano de um Estado que apenas regula as empresas à distância e o modelo asiático de um Estado que impõe de cima políticas industriais. E forjar uma parceria descentralizada entre governos e empreendedores, voltada para a ampliação do acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento. Obra de país de inovadores, como será o nosso.

Três dados da economia brasileira

Há três dados da realidade econômica do Brasil que ultrapassam em importância todos os outros. Do correto entendimento da relação entre eles depende a formulação de novo rumo para o desenvolvimento brasileiro.

O primeiro dado crucial é que o juro real (o juro descontada a inflação) é maior do que a taxa média de retorno dos negócios. É maior se desconsiderarmos os bancos, os maiores beneficiários do regime atual, e as concessionárias de serviços públicos, com lucros mais ou menos garantidos pelo governo. Não há economia que possa crescer sob tal ônus.

A superioridade do juro real à taxa média de retorno dos negócios equivale a

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

imposto que quem produz ou trabalha paga a quem empresta dinheiro ao Estado. O governo acaba sendo apenas o intermediário da operação, que representa, para inverter frase de Keynes, a eutanásia dos produtores.

Situação insustentável. Em primeiro lugar, porque viver de renda passa a ser melhor do que viver de trabalhar e produzir. Em segundo lugar, porque o próprio governo, já enfraquecido em sua capacidade de investimento em gente ou em base produtiva, não pode continuar pagando a festa dos que vivem de renda, emprestando dinheiro ao Estado. E tanto não pode, que não paga: a maior parte dos juros da dívida pública interna vem sendo acrescida ao principal devido. Um dia o medo falará mais alto do que a ganância: os mercados financeiros perceberão que o jogo não pode continuar.

O segundo dado básico da nossa economia é que ocorrem, pontualmente, milagres de renovação do nosso padrão produtivo. A difusão de conhecimentos e de capacidades, a descoberta de métodos para emular a ponta da produção internacional com os meios à mão e a substituição da alternância entre a cópia e o improvisado por práticas de inovação permanente dão a algumas das nossas cadeias produtivas condições de iniciar salto para a frente.

A necessidade, mãe da invenção? O desafio é bom se não fôr demais: só se generalizará o avanço se o custo do dinheiro não inviabilizar a atividade empreendedora. Assentar as finanças públicas sobre a tributação de base maior de consumidores, desonerando a produção, mobilizar a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo, diminuindo a dependência do financiamento externo, e ampliar o acesso ao crédito, ao conhecimento e às tecnologias em proveito de uma multidão de empreendedores emergentes são as chaves para baixar os juros e aprofundar a renovação produtiva. Sem dar calote nem desorganizar o sistema financeiro.

O terceiro dado fundamental da nossa vida econômica é que metade dos brasileiros vive de biscate, presa no mercado informal de trabalho. O resultado é desperdiçar grande parte da energia da nação, reduzir a escala da produção e do consumo e permitir que o medo, a desesperança e a incapacitação envenem tanto nosso dinamismo quanto nossa democracia. Qualquer política social que não ajude a trazer a metade descartada do país para a vida dos direitos, dos empregos e das

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

capacitações será mentirosa e impotente. E deixará o crescimento capenga.

Quando começarmos a dar empregos aos biscateiros e primazia às exigências da produção, voltaremos a crescer, Será dessa vez desenvolvimento com justiça. É o que o Brasil quer e o que a política -- só a política -- pode construir.

Como o Brasil voltará a crescer

Apesar do suposto consenso que aponta a retomada do crescimento econômico com inclusão social como a prioridade do país, falta clareza sobre como pode isso ocorrer. As preliminares e os desdobramentos obscurecem o eixo.

O crescimento includente depende da superação recíproca e cumulativa de limites à oferta e à procura de bens e serviços. O segredo é democratizar o mercado, não apenas regulá-lo: ampliar o acesso às oportunidades da produção e do consumo. E, para isso, tornar o Estado atuante sem cair no estatismo.

Para ampliar a base social do crescimento e ancorar o social no produtivo, temos de romper três ordens de limites à oferta. Para as empresas da economia organizada, o limite decisivo é a disponibilidade de quadros capazes de liderar uma dinâmica de inovação. Governo e empresários têm de colaborar, promovendo a formação maciça de técnicos e de pesquisadores, dentro e fora do Brasil.

Para os empreendedores e profissionais emergentes, importa o acesso ao crédito e ao preparo. Ajudar os bancos privados a chegar aos emergentes. Fazer com que os bancos públicos, descentralizados, supram as ausências dos privados. E ensinar milhões de pessoas a lidar melhor com mercados, tecnologias e práticas de produção. É só alargar o caminho que o Sebrae já abriu.

Para a massa de trabalhadores sem carteira assinada, a tarefa é quebrar obstáculos ao emprego formal. Não basta desonerar os encargos que pesam sobre a folha. É preciso incentivar o empregador a empregar o operário desqualificado e a juntar-se ao governo no esforço de qualificá-lo.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

A superação de limites de oferta exige, como contrapartida, a superação de limites de demanda. Precisa haver quem compre o que se produza. A consolidação de mercado de consumo em massa não passa pelo populismo econômico. Parte maior da renda nacional precisa, porém, caber aos salários. Para isso, consagrar o princípio de que os avanços salariais voltem a acompanhar os ganhos de produtividade. Generalizar a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. E insistir nos incentivos ao emprego e à capacitação dos trabalhadores desqualificados.

Há duas condições para que se instaure essa lógica dinamizadora e democratizante. A primeira condição é que o governo não gaste mais do que arrecade: não há salvamento fora do realismo fiscal. Se não podemos diminuir a tributação, podemos simplificá-la radicalmente. A segunda condição é mobilizar a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo. Organizar a previdência privada de massa e o mercado hipotecário para a compra da casa própria. Ficaremos, com isso, menos dependentes do capital estrangeiro. Preenchidas essas condições, o governo obterá do mercado a baixa dos juros, sem romper contratos.

Poderemos então prosseguir no esforço de exportar mais e melhor. E de substituir importações sem regredir ao isolamento. Essas iniciativas precisam estar calcadas no aprofundamento e na democratização do mercado interno. E ocorrer no marco de instituições econômicas que formulem políticas industriais e comerciais de maneira descentralizada, experimental e participativa, embora sob regras e critérios. Ainda não temos um Estado capaz de atuar dessa forma. Estamos, porém, a um passo de tê-lo.

É assim, em 508 palavras, que o Brasil pode voltar a crescer, aprendendo a aproveitar a energia de todos os brasileiros. Faltou descrever as lutas inevitáveis.

Quem trabalha pelo calote?

Quase todos subestimam o dinamismo reprimido da economia brasileira. Muitas empresas renovaram seus métodos de produção e se prepararam para

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

competir dentro e fora do Brasil. Enquanto isso, os empreendedores emergentes aguardam, nas sombras, a oportunidade de ascender e de produzir. Um juro real superior à taxa média de retorno dos negócios estrangula, porém, o crescimento econômico e assegura o triunfo dos rentistas sobre os produtores.

Quase todos também subestimavam a ameaça que a dívida pública interna representa para a economia real do país. Já não conseguem mais subestimar. O mercado financeiro, ainda embriagado pela ganância, começa a ficar sóbrio por força do medo.

Paga o governo ao menos os juros de sua dívida interna, já que nem se fala de amortizá-la aos poucos? A resposta surpreendente a essa indagação elementar é: não, faz muito tempo que o governo paga só pequena parte. O superávit primário -- o excedente poupado pelo governo depois de cumpridas suas outras obrigações -- não cobre, nem de longe, os juros. Os juros devidos pelo governo federal para o pagamento dos títulos de sua dívida interna vem sendo quatro vezes o superávit primário. O governo paga um pouco e toma cada vez mais dinheiro emprestado para pagar o resto. Como os mais sabidos começaram a suspeitar que o governo e os investidores vão acabar juntos no brejo, as autoridades tiveram agora de encurtar os vencimentos dos novos títulos. Tentam adiar a crise para o início do próximo governo.

Por não ser paga, nem nos juros, a dívida pública interna se multiplicou por dez no mandato do atual presidente. Contribuíram a federalização de parte das dívidas dos Estados e dos Municípios, bem como a desvalorização cambial, mas apenas como causas subsidiárias. O governo completou o maior ciclo de privatizações no mundo sem usar o dinheiro da venda para reduzir o que deve.

Trata-se de variante do "esquema Ponzi": espécie de estelionato em que o estelionatário usa empréstimos novos para pagar os anteriores e para ampliar sua capacidade de captação. As vítimas não foram os credores, que ficaram mais ricos. A vítima foi o país, que ficou mais pobre.

É verdade que o problema está nos juros, não no tamanho da dívida. Só que fica difícil baixá-los quando os credores já percebem que as obrigações do governo superam em muito sua capacidade de gerar excedentes fiscais e de impor mais sacrifício. Também é verdade que o crescimento sustentável da economia

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

resolveria tudo. Só que não há como crescer dentro dessa realidade. Apostaram que fazendo tudo no figurino atrairiam enxurradas de dinheiro para impulsionar o crescimento. Perderam a aposta.

Qualquer jogo como esse acaba e acaba mal. Acaba mais cedo e menos mal quando aparece quem se recuse a participar dele e insista em descrever os fatos como são. Para isso ajuda o momento eleitoral.

Há anos o governo e seus prepostos procuram desqualificar as tentativas de discutir a renegociação ordenada e voluntária da dívida, assim como desqualificaram os críticos do regime ruinoso do câmbio fixo. Fechando as próprias mentes e bloqueando a discussão, prepararam reestruturação da dívida na marra e na desordem. Agora debatem na surdina como e quando ela virá, desde que seja após as eleições. Medrosos, submissos e sobretudo confusos, sem dinheiro e sem idéias, trabalham, bem intencionados, pelo calote e pela argentinização do Brasil.

O problema e a solução

Como pode o Brasil desatar os dois nós -- o interno e o externo -- que juntos estrangulam o crescimento econômico? As idéias dominantes a respeito do que fazer são enganosas porque incompletas e insuficientes.

O problema interno, segundo o conceito corrente, é que precisamos crescer para controlar a dívida pública e controlar a dívida – e, portanto, conseguir baixar os juros -- para poder crescer. Para quebrar o círculo vicioso da dívida e dos juros, o governo tem de elevar o saldo primário da arrecadação: a sobra do que gasta. Só esse excedente fiscal maior nos permitiria frear o aumento da dívida e baixar os juros. Para elevar o superávit fiscal da maneira mais conveniente ao crescimento, o governo precisa gastar menos e melhorar a qualidade dos impostos, atenuando o efeito nocivo da tributação sobre a produção.

O problema externo, conforme o entendimento reinante, é que a fraqueza da nossa capacidade exportadora nos reduz as perspectivas. Limita o poder de importar

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

as tecnologias de que precisamos. Aumenta a dependência do capital estrangeiro. E transforma qualquer surto de crescimento em ameaça de crise na balança de pagamentos. A estagnação econômica, já assegurada pelos juros da dívida, acaba sendo imposta também pelo desequilíbrio das contas externas. A solução seria exportar mais e melhor. E, como os mercados para os quais exportaríamos estão sendo organizados tanto em blocos regionais quanto num ordenamento global, temos de enfrentar como pudermos o mundo inescapável, orquestrando as negociações da Alca e as negociações na OMC.

Em resumo: as prioridades econômicas do país seriam aumentar o excedente fiscal e exportar. Errado? Não, correto. Só que superficial a ponto de ser irrealista. Não devemos, porém, rejeitar essas idéias superficiais. Precisamos, isso sim, aprofundá-las, completando-as para que sejam eficazes.

Ajuste fiscal não é preliminar contábil. É sacrifício coletivo. A nação só aceitará o sacrifício na dimensão necessária se ele ocorrer no bojo de estratégia de desenvolvimento que comece a democratizar as oportunidades de acesso ao ensino de qualidade, ao emprego e à produção. Essa ampliação do acesso contribui três vezes ao crescimento: legitima o sacrifício fiscal, multiplica os agentes da produção e fortalece a base do consumo. Nada de mais patético, escreveu Carlyle, do que uma pirâmide de trinta centímetros. Pirâmides de trinta centímetros têm sido e continuarão a ser todos os ajustes fiscais oferecidos ao país sem troca de sacrifício por oportunidade.

Não se reposiciona um país na economia mundial apenas por afã para vender e por esperteza em negociar. Precisa de Estado capaz de ajudar novas levadas de empreendedores a exportar e de compensar os exportadores por desvantagens competitivas impostas pela política econômica. De governo capaz de aproveitar as contradições de interesses dentro dos Estados Unidos e da União Européia. E de ação diplomática capaz de reunir outros grandes países periféricos para defender seus interesses comuns e para ampliar o espaço de trajetórias alternativas de desenvolvimento. Para o Brasil de hoje não há alternativa nacional de desenvolvimento sem a política exterior que não temos.

Onde está o problema? Na falta de projeto interno e de projeto externo, cada um apoiado no outro. E qual o começo da solução? Ter projeto, os dois projetos, e

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

lutar para torná-los realidades.

Responsabilidade sem rendição

Responsabilidade em evitar que a crise de confiança financeira degenerem em calamidade. Responsabilidade para manter, em meio a essa crise, o impulso em direção a uma alternativa que nos assegure desenvolvimento com justiça. Não se contradizem esses dois exercícios de responsabilidade: cada um depende do outro.

Quem quer trabalhar contra a crise tem de afirmar os compromissos com a estabilidade da moeda, com a abertura da economia e com o realismo no manejo da relação entre o que o governo arrecada e o que gasta. Afirmando o império da lei, resguardando os títulos da dívida pública, que representam a poupança. E reconhecer que o pagamento da dívida continuará a exigir do país penoso sacrifício fiscal. Sacrifício que só surtirá o efeito desejado se vier acompanhado de iniciativas que simplifiquem a tributação, mobilizem a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo e ampliem o acesso às oportunidades para trabalhar, produzir e exportar.

Não se confundam esses compromissos sadios com rendição a um ideário malgrado. Milagreira é a convicção de que demonstrações de subserviência a fórmulas pseudo-ortodoxas possam transformar crise de confiança em saneamento financeiro e crescimento econômico. Fosse assim, a Argentina não teria chegado onde está. Realismo fiscal e financeiro, sim. Hipoteca do futuro governo a preconceitos interesseiros e ruinosos, não. Marcar essa diferença é condição para bater no ponto central: com crescimento, todos os problemas se poderão resolver; sem crescimento, todos ficarão insolúveis. Quatro temas candentes exemplificam o contraste entre ser responsável e ser servil -- e, portanto, incapaz.

Regime de metas inflacionárias. Não equivale a compromisso contra a inflação. Trata-se de invenção relativamente recente, rejeitada, em sua forma específica, na maior parte do mundo, inclusive nos Estados Unidos. A política monetária deve levar em conta tanto o nível de crescimento e de desemprego quanto a mudança do nível de preços.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Superávit fiscal primário: o que o governo poupa do que arrecada antes de pagar suas dívidas. Temos de continuar e até de aumentar o sacrifício, até que a simplificação dos impostos, a utilização mais eficaz da poupança e a superação de barreiras internas e externas a nossas exportações nos permitam retomar o crescimento. Mentiria irresponsavelmente, porém, o candidato que se comprometesse com uma cifra de superávit, sem conhecer a situação econômica e política que o novo governo encontrará.

Autonomia operacional do Banco Central. Discussão legítima desde que se saiba impedir o Banco Central de atuar como agente dos banqueiros. Mero golpismo preventivo, entretanto, quando proposto às vésperas de eleições das quais pode resultar reorientação do país.

Acordo dos candidatos com o FMI. Não há meio jurídico para viabilizar essa fantasia imperial, antidemocrática e contraproducente. Governo sem margem para falar livremente pelo Brasil é governo irresponsável. Devemos, contudo, recorrer sem medo ao Fundo sempre que for preciso.

Exemplo de conduta irresponsável é dado pelo atual presidente. Depois de haver presidido ao aumento perigoso da dívida pública, parcial e insensatamente dolarizada, pretende ministrar lições de bom senso a seus opositores. Insufla a crise dizendo que a eleição do candidato do PT argentinizaria o país. Em seguida, declara seu apoio ao mesmo candidato do PT num eventual segundo turno entre ele e Ciro Gomes. Essa leviandade é o indício de um desnorreamento e o epitáfio de um descalabro. O país só escapará das consequências se souber distinguir responsabilidade de rendição.

Crise, sacrifício, oportunidade

Na semana passada, discuti a situação brasileira com participantes nos mercados financeiros nos Estados Unidos. Resumo em seguida as conclusões dessas conversas e a mensagem que procurei transmitir.

Há ciclos de liquidez na economia mundial. Quando sobra dinheiro fácil, todas as estratégias nacionais parecem boas. O teste vem quando, como agora, começa a sumir o capital. O erro econômico mais grave do atual governo foi ter

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

deixado o crescimento brasileiro vulnerável, porque dependente de financiamento externo.

O traço mais notável da nossa economia é sua vitalidade, sufocada por três ônus. O juro real é maior do que a taxa média de retorno aos negócios. Mais da metade da população adulta está na informalidade. E os empreendedores emergentes continuam bloqueados no acesso aos recursos de que precisam, sobretudo o crédito.

O restabelecimento da confiança financeira é condição necessária mas não suficiente para retomar o crescimento. Temos de juntar a ele outra agenda, orientada à economia real.

A agenda da confiança financeira tem de pautar-se pelo sacrifício nacional. A começar pela necessidade de manter e até de aprofundar o excedente fiscal que nos comprometemos com o FMI a gerar. O sacrifício tem de ser legitimado pela ampliação do acesso a oportunidades econômicas e educativas. O resto é relativamente fácil: manter o câmbio flutuante; insistir em política anti-inflacionária intransigente, embora levando em conta o nível de atividade na economia (o que não implica o erro crasso de supor que haja relação inversa entre desemprego e inflação); substituir o orçamento indicativo que ainda temos por orçamento impositivo, diminuindo o gasto corrente e aumentando o investimento, e fortalecer a autonomia do Banco Central. Para isso, é preciso impedir o Banco Central de representar os interesses do oligopólio bancário.

A agenda da economia real passa por quatro conjuntos de iniciativas. Simplificar o sistema tributário, desonerando a produção. Organizar a transição para um regime previdenciário que estimule a poupança privada e reverta a despoupança pública. Desenvolver mecanismos institucionais, como o mercado hipotecário, que canalizem a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo. E superar os obstáculos, internos e externos, a nossa integração competitiva na economia mundial. Combinadas com a agenda da confiança financeira, essas iniciativas nos permitiriam melhorar o custo, o perfil e os prazos da dívida pública interna. Disso tudo, e só disso, virão empregos.

Em que troca do quê aceitará o país os sacrifícios exigidos tanto pelo restabelecimento da confiança quanto pela retomada do crescimento? Em troca de avanços em direção à democratização das oportunidades. Unificar os mercados

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

formal e informal de trabalho, abolindo os encargos sobre a folha salarial. Usar os poderes do Estado para democratizar o acesso ao crédito e à tecnologia e para abrir caminho ao mercado. E construir ensino público de qualidade, que capacite os alunos e valorize os professores.

Para executar essa obra, é preciso formar base política ampla, reconciliar práticas de negociação e de mobilização e instituir regime de partidos fortes. `as condições políticas acrescentam-se as morais. Clareza e coragem precisam vir aliadas a serenidade, despojamento e tolerância. Tarefa difícil, mas viável. Os financistas de Nova Iorque compreendem tudo isso melhor do que algumas pessoas no Brasil.

Qual transição?

Transição para outro rumo econômico? Mas qual transição? Governo e país têm de optar entre duas transições.

Ambas as transições pressupõem compromisso com estabilidade monetária, com responsabilidade fiscal e com abertura progressiva da economia. Ambas aceitam a continuação do sacrifício fiscal. Ambas se propõem a reparar as injustiças e os desequilíbrios da Previdência, não apenas para preservar o Tesouro mas também para diminuir nossa dependência do capital estrangeiro. Ambas querem reformas que ajudem a resgatar da informalidade dois terços dos trabalhadores brasileiros. As duas transições divergem, entretanto, radicalmente.

A primeira transição aposta tudo em ganhar a confiança dos mercados financeiros. Por isso, acolhe a pseudo-ortodoxia econômica que os países ricos querem impor aos vulneráveis. No afã de tranquilizar e de agradar, perpetua quadros e idéias do governo anterior. Sinaliza autonomia para o Banco Central. Eleva juros, apesar do efeito nocivo desse aumento sobre a dinâmica da dívida e de sua inutilidade para conter a inflação. Evita qualquer sinal de inconformidade com o rumo seguido nos últimos anos.

Se não funcionou antes ou em qualquer lugar, por que funcionaria esse

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

projeto no Brasil agora? Só porque seus opositores teriam virado seus executores? Ou porque ela nos faria avançar na maré montante da próxima fase de liquidez no mundo? Quando as economias centrais voltarem a crescer, a situação do Brasil de fato melhorará, mesmo se o país continuar abraçado a esse não-projeto. Será, porém, retomada do crescimento comprometida por nossa persistente dependência da poupança estrangeira e por nossa repetida omissão em redistribuir renda e oportunidade. A falta de imaginação continuará a agravar a falta de justiça.

Há alternativa fiel ao compromisso eleitoral de mudar o modelo econômico. Respeita o imperativo da confiança, mas o subordina às necessidades da produção. Primeiro, tratar as reformas tributária e previdenciária como instrumentos para gerar recursos públicos e poupança nacional, não como garantias de subserviência do governo aos interesses financeiros. Segundo, cercar de escudo protetor a transição, controlando a saída de capital brasileiro. Terceiro, aproveitar o fortalecimento da situação fiscal para baixar, sob pressão, os juros, rejeitando a falsa escolha entre recessão e inflação. Quarto, dar prioridade aos mecanismos, como mercado hipotecário e previdência complementar, que mobilizem a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo. Quinto, começar a redistribuir a renda por dois caminhos paralelos: ampliação dos instrumentos de defesa de todos os trabalhadores, inclusive temporários ou informais, e transferência direta de recursos aos mais pobres, de acordo com o bem-sucedido modelo da aposentadoria rural. Sexto, usar os poderes e os recursos do Estado para desconcentrar o acesso ao crédito, à tecnologia e aos mercados em favor dos empreendedores emergentes, transformados, junto com as grandes empresas, em animadores de novo ciclo de desenvolvimento. Tudo para dar braços e asas à energia do povo brasileiro.

A divisória mais importante entre as duas transições está no contraste entre rendição nacional e resistência nacional. A primeira transição promete enriquecimento por meio de obediência. Nenhum país na história moderna ascendeu dessa maneira. A segunda transição é roteiro do engrandecimento por meio de rebeldia. Convoca uma nação que está de joelhos a levantar-se já.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

O nacional por critério

Tragédia ameaça desabar sobre o Brasil: o desperdício da oportunidade criada pela eleição do novo governo. O dinamismo reprimido da economia brasileira é tão forte que, se a situação econômica mundial não degenerar, o Brasil poderá voltar a crescer. Será, porém, crescimento medíocre, injusto e, por isso mesmo, frágil, se não se honrar o compromisso eleitoral de mudar o modelo econômico. A idéia de fazer tudo em economia no figurino herdado e imposto, para poder melhor cuidar do social, é destruidora das nossas possibilidades nacionais. Natural que ela seja tão apreciada em Wall Street e em Davos.

Se vier a se consumir essa tragédia, a responsabilidade terá de ser compartilhada entre o governo do PT e a intelectualidade brasileira. Apesar de notáveis exceções, foi esta que faltou ao país quando mais importante era superar a escolha inaceitável entre ruptura e humanização da ordem existente. Na ascensão de todas as grandes nações, o desafio à ordem então dominante no mundo veio acompanhado de movimentos intelectuais que desmascararam preconceitos antagônicos à construção de novas instituições e estratégias. Sem tal construção, jamais seremos um grande país.

A área mais premente em que lutar contra a confusão servil é o pensamento econômico. Precisamos decompor o saber convencional em elementos que merecem ser acatados, embora com outro sentido, e elementos que devem ser reconstruídos. O critério com que distingui-los é a utilidade à demarcação de rumo nacional capaz de transformar a democratização das oportunidades econômicas em motor de crescimento e de diminuir nossa vulnerabilidade às ordens dos governos ricos e aos caprichos do dinheiro fácil. Não se trata de subordinar entendimento a estratégia. Trata-se de usar os problemas do mundo real para dissipar as ilusões de uma pseudociência. Enumero em seguida algumas aplicações do critério nacional a temas do momento.

Superávit primário. O governo tem de se esforçar para manter e até para aprofundar o superávit fiscal primário, não para agradar aos interesses financeiros,

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

mas para nos livrar de seu domínio. Política anticíclica precisa subordinar-se a estratégia de emancipação nacional.

Aumento da poupança. Poupar mais nem sempre é vantajoso: o Japão, por exemplo, poupa em excesso. E, em princípio, elevação do nível de poupança é mais efeito do que causa do crescimento. Contentar-se com essa constatação, porém, é não entender o ponto: temos de forçar elevação da poupança para depender menos do capital estrangeiro, que é tanto mais útil quanto menos precisamos dele.

Superávit comercial. Em tese, é equívoco mercantilista focalizar só exportações. Convém tanto importar quanto exportar mais, aumentando nossa participação total no comércio. Parar por aí, entretanto, é perder o foco: precisamos aumentar nossas reservas para que qualquer gesto nosso de desobediência e de criatividade não ameace provocar crise no balanço de pagamentos.

Autonomia do Banco Central. Não é inerentemente benéfico ou prejudicial, democrático ou antidemocrático. Tudo depende das circunstâncias. Seria ruim agora porque reforçaria o poder de uma elite de financistas e de tecnocratas hostil à rebeldia nacional e às políticas necessárias para viabilizá-la.

A fase da vida brasileira que está começando desmoralizará rótulos ideológicos e partidários enganosos. E produzirá, entre as forças que se tinham na conta de progressistas, nova polarização entre as que confundem realismo com rendição, ainda que humanizadora, e as que levam a sério as palavras em nome das quais se ganhou a eleição.

Como quebrar o Brasil

Imposta em nome da prudência, a política econômica atual arruína, desnecessariamente, o país. Por isso é vital compreender os equívocos sobre os quais ela repousa. E nada mais importante, no desfazimento desses equívocos, do que distinguir o indispensável realismo fiscal do recurso intolerável a uma recessão deliberadamente agravada.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

O governo eleva os juros e corta o crédito, quando os salários já estão arrojados, porque diz que precisa combater a inflação. Mas de onde vem a pressão inflacionária? Da desvalorização cambial e do endividamento do Estado. Os títulos públicos, com os benefícios e os usos que ostentam no Brasil, funcionam como moeda indexada. Já que o governo se vê obrigado a adiar o pagamento da maior parte do que deve, esse superdinheiro se avoluma, realimentando, com força crescente, a inflação. E cada aumento dos juros piora a dinâmica da dívida pública.

Antes da volta da inflação, o Brasil já enfrentava o espectro, ainda mais urgente, de crise de balanço de pagamentos. Essa crise foi, e continua a ser, contida por desvalorização do câmbio, recessão interna (aviltamento dos salários e restrição do crédito) e consequente melhora da balança comercial. A solução, porém, ajudou a fazer ressurgir a inflação ao mesmo tempo em que empobreceu o país. Em vez de produzir mais, ligando potência exportadora a aprofundamento do mercado interno, simplesmente ampliamos a parcela do produto nacional, estagnado, que transferimos para fora.

Adianta, para barrar a inflação de agora, ficar aumentando juros e cortando crédito? Só se se fôr radicalizar na política recessiva. A aposta do governo é que não será preciso radicalizar: se o governo oferecer aos mercados financeiros, em nome da confiança, nossos braços, não terá de oferecer nossas pernas. Começará a chover dinheiro de novo. A confiança permitirá baixar os juros. Os juros mais baixos possibilitarão o crescimento. O crescimento nos deixará cuidar do social. Tudo muito insensato. Tudo repetidamente desmentido pelo que tem acontecido no mundo em volta. Não querer as pernas também.

A insensatez ficará patente à medida em que os trabalhadores insistirem, como devem, por justiça e para o bem do Brasil, na reposição de seus salários. Não há como aceitá-la dentro da lógica da política vigente.

A reorientação deve começar no reconhecimento de cinco verdades. A primeira verdade é que nenhum país, nas condições atuais, enriquece com o dinheiro dos outros. A poupança estrangeira pode apenas suplementar nossos esforços. A segunda verdade é que a confiança financeira conta, porém menos do que as condições objetivas para recuperar a economia real. Educar e produzir é o que importa; o dinheiro que corra atrás da produção. A terceira verdade é que a

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

valorização dos salários e a democratização de oportunidades -- para aprender, trabalhar e produzir -- são decisivas para que se retome o crescimento. Representam os vínculos mais fortes entre o econômico e o social. A quarta verdade é que, para poder atuar de acordo com as três verdades anteriores, é preciso estar pronto para impor, quando necessário, controles mais rigorosos sobre a saída de capital brasileiro. E para quedas-de-braço sobre juros e prazos com os credores do Estado, até onde o respeito aos contratos permitir. Não é o fim do mundo; fim do mundo é nos resignarmos à mistura venenosa da estagnação e da injustiça. A quinta verdade é que o instinto de sobrevivência sempre acaba por prevalecer sobre o sentimento de intimidação. Em algum momento, o autoflagelamento perderá o charme e o poder. Tomara que seja antes de quebrar o Brasil.

Qual o melhor negócio no Brasil?

O melhor negócio no Brasil não pode ser qualquer atividade que envolva produção de bens ou serviços. Recentemente, os jornais publicaram estudo que confirma o que todos já suspeitavam: o juro real é superior à taxa média de retorno aos negócios em todos os setores da economia brasileira, exceto os bancos. Não faz sentido produzir qualquer bem ou serviço no Brasil se o produtor pode vender seu empreendimento por dinheiro. Melhor vendê-lo para viver de renda.

Determinada empresa pode distoar da regra, obtendo, temporariamente, lucros compensadores. Opera, porém, contra a lógica da situação. Não pode nem pensar em tomar dinheiro emprestado dentro do país. Empréstimo, só se fôr do próprio Estado, e com juros especiais, para quem sabe se relacionar.

Dizem que as concessionárias de serviço público estariam em situação melhor. Teriam margem de lucro garantida pelo governo. Tenho minhas dúvidas. Essas empresas exigem vastos investimentos. Não podem recuperá-los numa economia em que tanto produtores quanto trabalhadores vivem no arrocho. Estão sujeitas à pressão do governo para não reajustar preço.

Parece evidente que o melhor negócio no Brasil é banco. Convém,

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

entretanto, distinguir entre os banqueiros, que sempre acabarão por cima, e os bancos, cujo valor atual repousa sobre uma ilusão: a de que o Estado está pagando e pagará a dívida pública interna. Quem conhece o assunto sabe que nem está pagando mais do que parte dos juros, nem poderá devolver o principal. Quando isso ficar claro, o valor de mercado dos bancos desabarará.

Há quem sustente que o melhor negócio no Brasil seja falir. É tese, porém, que só se aplica a alguns poucos magnatas, que ficam ainda mais ricos quando conseguem ir à falência. E essa opção tem a ver não com as empresas aparentes, mas com as quadrilhas subjacentes, que removem riquezas de pessoas jurídicas para pessoas físicas. Bebido o suco, deixam o bagaço com o Estado.

Trabalhar, nem se fale. É necessidade, quando se consegue emprego. Bom negócio, porém, não é, já que, há décadas, o aumento dos salários cai abaixo dos ganhos de produtividade das empresas.

Há, entretanto, negócio que representa exceção a esse quadro de debilidade. O alastramento vertiginoso desse negócio no país demonstra que ele corresponde à lógica profunda da política econômica praticada pela dupla Fernando Henrique-Lula. Seu retorno ultrapassa em muito o juro. É imune à desestruturação de nossa infra-estrutura produtiva. Não exige segurança; em troca da relutância em pagar imposto, gera, financia e impõe seu próprio aparato de proteção. Dispensa o esforço lento de formação intelectual. Reconcilia grandeza de escala com descentralização de operações, conforme as práticas empresarias mais avançadas. Combina o autofinanciamento típico das antigas estratégias nacionais de produção com a aceleração de prazos e com a flexibilidade de métodos que marcam os empreendimentos internacionalizados de última geração. Estreita vínculos com nossos vizinhos sul-americanos ao mesmo tempo que antecipa nossa integração no espaço econômico dos Estados Unidos, a ser consumada pela Alca. Relativiza soberania, como exige a globalização. Transforma desespero em prazer, prazer em dinheiro, dinheiro em força. O melhor negócio no Brasil é o narcotráfico.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Duas ilusões ruins

O Brasil precisa crescer. Tudo o mais, em matéria de economia, é secundário. Serve apenas para desviar o foco do verdadeiro problema. Duas ilusões empobrecedoras, porém, preenchem o espaço do debate nacional a respeito da retomada do crescimento: o fiscalismo e o mercantilismo. Tratem-se de dissipá-las. Tarefa delicada porque cada uma delas é vizinha de proposições acertadas.

O fiscalismo, a economia política dos rendidos, é a aceitação integral da cartilha dos mercados financeiros: não só austeridade fiscal mas também tudo o que coloque o governo de mãos atadas diante do capital financeiro, a começar pela renúncia a políticas anticíclicas bem como ao aproveitamento máximo do poder de barganha do governo na política de juros. O objetivo da autonomia do Banco Central é institucionalizar essa abdicação. Foi para o mesmo fim que serviu, em outra época, o lastreamento da moeda em ouro. O prêmio seria a confiança dos endinheirados, dentro e fora do país, e portanto a expansão do investimento. O fiscalismo exprime descrença na capacidade de um Estado nacional periférico, como o nosso, de traçar políticas de desenvolvimento que contemplem o imperativo da confiança financeira sem se render a ele. Parece ser apenas realismo fiscal, mas não é. De fato, precisamos temporariamente de superávits fiscais, não para agradar aos interesses financeiros, mas para poder, em seguida, enquadrá-los. Resgatem-se do fiscalismo só o que fôr útil para inverter-lhe os objetivos, desatando as mãos do governo e dos produtores. Joguem-se o resto fora.

Contra o fiscalismo levanta-se, entre nós, o mercantilismo: tudo pela exportação, para poder superar o constrangimento externo ao crescimento. O primeiro equívoco é de conjuntura internacional: não seria possível escolher hora pior para iniciar ciclo de crescimento baseado em exportações. O segundo erro é de país: o Brasil está imprensado entre economias de trabalho barato e economias de alto saber. Por isso, produz pouco do que o mundo queira comprar. Só sairá dessa prensa por meio de revolução produtiva, baseada em novo regime de coordenação entre políticas públicas e iniciativa privada e em democratização de oportunidades econômicas e educativas. O terceiro engano é de teoria: se o mercantilismo tivesse

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

razão, o jeito seria afundar os navios que nos trazem importações. O mercantilismo aproveita e distorce compromisso legítimo: aumentar a integração da economia brasileira no mundo em termos que convenham a nossa estratégia nacional. A tarefa, porém, não é exportar; é produzir mais e melhor, dando a dezenas de milhões de brasileiros desequipadas condições para participar do esforço produtivo e para consumir-lhe os produtos. O aumento das exportações virá de quebra.

A julgar pela discussão brasileira, os fiscalistas e os mercantilistas são inimigos mortais. Que nada. Apesar de divergirem a respeito da melhor maneira de administrar a flutuação do câmbio, são parceiros na desorientação e na ruína do país. Tanto assim que o destino do atual governo, como foi o de seu antecessor, é combinar o projeto dos rentistas com o projeto dos caixeiros-viajantes.

Contra isso, precisamos de luz e de calor. Luz para demarcar o itinerário de um produtivismo democratizante. Calor para reunir os interessados em trabalhar e em produzir que acabarão por derrubar, na próxima etapa da política nacional, a ditadura do dinheiro e da ilusão.

Crescer

É possível reduzir a poucas palavras a demarcação dos primeiros passos de caminho que devolva o Brasil ao crescimento? E que assegure que, dessa vez, o crescimento surta efeito igualizador e incluyente? Não há como destruir as mistificações do fiscalismo e do mercantilismo que dominam nosso debate econômico se não soubermos definir alternativa a elas. Distinguo o terreno, o escudo e a lança.

O terreno propício a essa luta é o das condições que nos permitam baixar o juro real sem ameaçar a estabilidade da moeda, reforçando o poder de barganha do Estado com seus credores e tornando a economia menos dependente do capital descomprometido com a produção. Reforma previdenciária que institua regime público de capitalização, impondo a quem ganhe mais a obrigação de poupar muito mais e mobilizando poupança de longo prazo para investimento de longo. Reforma tributária que simplifique os impostos, fiando-se no único tributo capaz de gerar muita receita com pouco ônus para a atividade produtiva: o IVA. E acrescentando,

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

pouco a pouco, impostos que reconciliem a tributação com a justiça, incidindo sobre o consumo de luxo e sobre as heranças e as doações em família. Ao atenuar o conflito entre tributação e produção e ao estreitar os vínculos entre produção e poupança, o governo ganhará força para baixar o juro sem quebrar contratos.

O escudo contra os perigos da transição se faz de cautela em proteger nossas reservas e de prontidão para impor, quando necessários, controles sobre a saída de capital brasileiro. Inclusive sobre o capital, fantasiado de estrangeiro, que circula entre o Brasil e os paraísos fiscais de acordo com as oscilações da ganância e do medo.

A lança para avançar tem quatro partes. O primeiro pedaço -- na ponta -- é conjunto de iniciativas destinado a deslanchar escalada de investimento tanto da parte do governo (a coeçar pelo BNDES) quanto por parte das grandes empresas privadas. O governo tem de negociar com os empresários às claras, setor por setor, os apoios ou as concessões, até mesmo tributárias, que forem úteis para superar a inibição em investir. O segundo pedaço, do lado da oferta, é construção de instituições que, de maneira descentralizada e sob regras impessoais e critérios de desempenho, possibilitem ajudar a multidão de empreendedores emergentes a ganhar acesso a tecnologia, a crédito e a mercados. Só nesse quadro democratizante se legitima uma política que também contemple a formação de multinacionais brasileiras capazes de competir em escala mundial. O terceiro pedaço, do lado da demanda, é esforço para aumentar o salário real, imprescindível ao aprofundamento de mercado de consumo em massa no Brasil. Para que o aumento se sustente, os meios para consegui-lo têm de ser diferentes nos níveis superiores do assalariado -- participação dos trabalhadores nos lucros das empresas -- e nos níveis inferiores -- incentivos à qualificação do trabalhador e à legalização do emprego. O quarto pedaço -- cabo e força da lança -- é multiplicação de escolas públicas e de professores que saibam desenvolver a capacidade analítica e inovadora dos alunos. E que tenham meios para premiar, com apoio abrangente, os estudantes mais aplicados e talentosos, entusiasmando o país com os exemplos de ambição e de excelência que essa nova contra-elite republicana lhe possa oferecer.

Dar braços e asas à energia frustrada dos brasileiros, na produção e no pensamento, é o cerne desse projeto. De sua realização depende o êxito do Brasil em virar o que êle quer ser.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

E se os juros caíssem?

Dois temas dominam a discussão nacional: se os juros devem cair e se os radicais do PT devem ser expurgados. Sem ligação aparente, convergem, porém, num atributo perturbador: passam longe do que o Brasil precisa fazer para levantar-se do fatalismo e da perplexidade em que afundou. Um simboliza falta de proposta; o outro, falta de agente.

Há grita geral para baixar os juros. O que aconteceria amanhã se os juros baixassem, como acabarão baixando? Num primeiro momento, nada. Num segundo momento, se continuassem a baixar, começaria a confusão, na forma de desconfiança e desinvestimento. Só num terceiro momento, se o governo não só persistisse na queda dos juros mas também reorientasse toda a política econômica e social é que os efeitos benéficos começariam a sobrepujar os prejudiciais. Não é razão para deixar de baixar os juros. É motivo para abandonar a ilusão agradável, perigosa e absurda que exemplifica nossa atração pelos atalhos e pelas contradições não resolvidas: a de que dinheiro pouco mais barato salvaria o Brasil.

O juro real está a 19%. A 12% continuaria a significar a eutanásia dos produtores e o sepulcro do emprego. As "reformas" previdenciária e tributária propostas pelo governo são tão modestas em suas dimensões e tão demoradas em seus efeitos (a não ser nos efeitos sobre suas vítimas) que não atenuarão a dependência do governo da confiança financeira. Ao apressar a queda dos juros, o governo perderia a confiança antes de viabilizar o investimento e a produção.

A única maneira de assegurar que o juro real seja inferior à taxa de média de retorno dos negócios é fazer revolução de políticas e de idéias: adotar estratégia nacional de reconstrução econômica e social que substitua o projeto que o governo central abraçou no período de Collor a Lula. Quem exige juro baixo sem admitir a necessidade dessa revolução está mentindo ao país e a si mesmo.

Essa mentira encontra reforço na obsessão com os dissidentes do PT. A obsessão serve de alibi para divertir-se com uma oposição de fantasia em vez de construir uma oposição de verdade. Tudo se arma para organizar a alternância do

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

poder entre o PT e o PSDB como duas vertentes do mesmo projeto. E a eleição presidencial de 2006 como concorrência entre Lula e Fernando Henrique -- dois homens mundanos, jeitosos e céticos, que vêem a humanização do inevitável como limite da política transformadora.

Alternativa séria a isso não se confunde com sectarismo de esquerda. É luta para mais uma vez organizar a convergência de centro-esquerda, voltada para os interesses do trabalho, da produção e da independência nacional, que possa abrir outro rumo para o Brasil. Será fácil identificá-la porque sua preocupação central não será a urgência de baixar os juros.

Com que forças podemos construir essa convergência depois de tantas tentativas frustradas? E sob governo que, desmoralizando os partidos e aliciando a mídia, radicaliza nas práticas antirepublicanas para poder radicalizar no projeto econômico e social que foi eleito para substituir? Começamos do quase nada, desfalcados de partidos e de líderes e postos diante de um país atordoado pela repetição das mentiras açucaradas. Sejam, por isso mesmo, diretos nas palavras, audaciosos nos métodos e pacientes nos esforços. Atuemos primeiro na opinião nacional para só depois enfrentar a política partidária. Confiemos no discernimento da nação. Demora, mas chega.

Para começar a crescer

O Brasil, dizem todos, precisa voltar a crescer. Mas como? Imagina-se que o crescimento ocorre sempre que se preenchem certas condições: a matéria das "reformas". Essa idéia é falsa. Não se conserta o país para depois crescer. Temos de crescer na marra e fazer consertos em movimento.

Proponho, por isso, operação mais parecida com mobilização de guerra do que com organização da paz. Desdobrada em sete iniciativas simultâneas.

Em primeiro lugar, começar a fechar os caminhos de fuga do capital brasileiro. Para aumentar a capacidade do governo de torcer os braços de seus credores e para neutralizar a chantagem cambial. Com isso, forçar baixa dos juros e

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

alongamento dos prazos dos títulos da dívida pública. Chegar ao limite do "default" sem transpô-lo.

Em segundo lugar, chamar os empresários de cada setor e negociar investimentos em troca de concessões, sejam de imposto ou de regulação. O empresário que descumprir pagará em dobro pela ajuda que desperdiçou. Tudo reduzido a termo, às claras, sob os olhos do país. Ponto de partida para construir maneira de combinar ação pública com iniciativa privada que nos permita superar a escolha entre Estado passivo e Estado rendido a "lobbies".

Em terceiro lugar, manter e aprofundar o sacrifício fiscal, em troca de simplificação tributária radical e de margem maior do governo para fazer concessões tributárias às empresas que se comprometam em investir.

Em quarto lugar, fornecer ao crescimento o combustível do poder aquisitivo. Partir dos extremos da hierarquia salarial. Em cima, pela generalização do princípio constitucional de participação dos empregados nos lucros das empresas. Em baixo, pelos subsídios, tributários ou creditícios, a quem empregue e qualifique trabalhador desqualificado. Surpimir os encargos que pesam sobre a folha salarial, financiando os direitos com os impostos gerais.

Em quinto lugar, construir tipo de política industrial que substitua ordens e acertos por experimentos e realidades: a identificação, a instrumentalização e a propagação das práticas locais que deram certo. E que combine democratização do acesso ao crédito com democratização do acesso a tecnologia. O meio para dar choque de crédito e para destruir o cartel bancário é autorizar amplo conjunto de organizações privadas e públicas a fazer o que seria, mas entre nós não é, o negócio central de um banco: mobilizar a poupança para a produção.

Em sexto lugar, atacar o tráfico de influência e a mistura de campanha eleitoral e de partido político com dinheiro de empresário. Sem isso, o Brasil respira veneno.

Em sétimo lugar, fazer muito com pouco no ensino público: multiplicando as ilhas de excelência e assegurando apoio integral às crianças mais aplicadas ou talentosas. O resultado, em escalada de ambição e de vigor, será imediato.

O atual governo, cuja orientação essa coluna vem criticando fervorosamente,

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

está cheio de brasileiros sérios e desprendidos. Que se volte ele para projeto como esse, substituindo o corporativismo pelos interesses do trabalho e da produção em vez de substituí-lo por aliança entre os financistas e os famintos. Entusiasmará o país, tão rico em energia frustrada. Dará ao Brasil a reforma mestra: a reforma da idéia que nos dirige.

O futuro

Chegaram com idéias nebulosas e enfrentaram riscos cristalinos. Seduzidos, perdidos e intimidados, confundindo o vocabulário de que dispunham com o ideário de que careciam, os novos governantes optaram por jogar o jogo da confiança financeira e por adotar a agenda de reformas do governo que haviam acabado de derrotar. Esperando ser premiados com tranquilidade e com investimento pela política recessiva e pseudo-ortodoxa que adotaram, adiaram o dia da virada desenvolvimentista e social.

Dois processos previsíveis se aceleraram em seguida. A produção começou a parar. E a sociedade, por meio de seus setores organizados, começou a reagir. Ficou evidente que falta projeto não só ao governo mas também ao país.

Reduzida a seus elementos mais simples e despida de ilusões que a suavizem, a situação atual é a seguinte. O Estado brasileiro não tem como continuar a pagar sua dívida, nos patamares atuais de juros, sem continuar a derrubar a produção e o emprego. A única maneira sensata de evitar o "default" sem empobrecer ainda mais a nação é combinar o sacrifício fiscal com controles de saída do capital brasileiro que cerceiem as alternativas que os credores tenham à aceitação de juros muito mais baixos. Pode funcionar ou não. Se não funcionar, a inadimplência do governo é preferível à ruína do país. Que não seria o fim do mundo demonstra o caso recente da Rússia. Fim do mundo é o que já acontece no Brasil: país cheio de energia e de engenho, paralisado por política destinada a paralisá-lo.

Erram os que supõem podermos escapar desse desastre com a ajuda de política anticíclica convencional, de aumento do gasto público e de diminuição da carga tributária. Sobrecarregado de dívida e desesperado por dólar, o Estado

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

brasileiro não tem esse luxo.

O sacrifício fiscal precisa, porém, vir acompanhado da criação audaciosa dos instrumentos de um desenvolvimento democratizante. Não depois, no momento imaginário em que se houver saciado a fome insaciável dos mercados financeiros. Agora, para criar a confiança mais importante: a confiança do país em seu governo e em si próprio. Entre essas iniciativas estão a mobilização de poupança compulsória de longo prazo para investimento de longo prazo, a negociação com os empresários de compromissos de investimento em troca de concessões tributárias e regulatórias, a democratização das condições para dar e para obter crédito dentro e fora da rede bancária, a identificação e a propagação de tecnologias apropriadas, tanto requintadas quanto simplificadas, a valorização dos salários por meios que minimizem o efeito inflacionário, o incentivo à formalização do emprego e a transformação do ensino público a partir de centros irradiadores e de oportunidades extraordinárias para os melhores alunos. Não é o programa de meus sonhos, mas é o próximo passo, factível e urgente, para o Brasil.

O governo talvez seja capaz de adotar e de executar projeto como esse e talvez não seja. A tarefa dos progressistas brasileiros hoje não é apenas advertir e propor. É também organizar, fora do eixo PT-PSDB, corrente de idéias e de forças. E oferecer ao Brasil alternativa produtivista, trabalhista e nacional ao quadro de desânimo e de desorientação que ameaça cair sobre os brasileiros.

Os dois obstáculos ao crescimento

Uns dizem que o Brasil está às portas do crescimento econômico com inclusão social. Outros tratam a fórmula para começar a crescer como pedra filosofal misteriosa e perdida. Nem uns nem outros têm razão. O que precisamos fazer em curtíssimo prazo está claro embora não seja agradável. Dois obstáculos bloqueiam a retomada do crescimento hoje.

O primeiro problema é a dívida pública interna. O Brasil faz tremendo sacrifício fiscal, que o obriga a política pró-cíclica. Embora apazigue por enquanto os mercados financeiros, o sacrifício continuará a ser insuficiente para reverter a

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

dinâmica da dívida. Nosso enorme superávit fiscal paga apenas metade dos juros da dívida. Só há duas maneiras de parar a degeneração: superávit fiscal grande demais para ser praticável ou enfrentamento dos credores até o limite do "default". Com o risco inevitável de que se tenha de transpor esse limite.

Para poder torcer os braços dos credores, levando-os a aceitar juros mais baixos e prazos mais longos, o governo precisa aumentar seu poder de barganha. Para isso, convém mobilizar, mesmo compulsoriamente, poupança de longo prazo para investimento de longo prazo. E reconciliar, por meio de simplificação tributária mais arrojada, a manutenção da receita com a desoneração da produção. Quanto maior o poder de negociação do governo, menor o risco de que o jogo duro com o governo acabe em inadimplência. Jogar duro, com maior ou menor margem para negociar e com perspectiva de "default" ou sem ela, é, porém, o que o governo tem de fazer. Sem isso, não se levanta o jugo financeiro que pesa sobre o Estado e a produção.

Não adianta remover esse obstáculo ao crescimento sem remover também o outro: o constrangimento externo. Se o Brasil voltasse a crescer hoje, logo mais enfrentaria crise de balança de pagamentos. Para evitar que ela mate o crescimento no nascedouro, duas iniciativas são necessárias. Uma é controlar a saída de capital brasileiro e proteger nossas reservas. A outra, mais ambiciosa, é dar a qualquer novo surto de crescimento a profundidade e a amplitude que se possam traduzir em aumento de nossos fluxos de comércio. A tarefa é trabalhar, produzir e consumir mais e melhor, exportando e substituindo importações como consequência; não reconciliar depressão interna com exuberância exportadora.

O governo teria de negociar com os empresários agenda de investimentos privados em troca de concessões tributárias e regulatórias. E de lançar-se, por meios que minimizassem o efeito inflacionário, na valorização do salário e na formalização do emprego. Dinheiro no bolso do trabalhador ajudaria a sustentar o ímpeto produtivo.

O Brasil já tem nos agronegócios setor de ponta da eficiência mundial. Não precisa escolher a dedo e a priori os setores industriais liderantes. Melhor desenvolver, a partir dos acordos de investimento com o empresariado, práticas e instituições que democratizem o acesso a crédito, tecnologia e conhecimento. Que

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

compensem, graças a alianças estratégicas entre o Estado e os produtores, a escala insuficiente dos empreendimentos brasileiros. E que identifiquem, apóiem e difundam tudo o que for experiência exitosa entre nós, colocando esse experimentalismo no lugar dos dogmas e das clientelas.

São propostas banais, ainda que exijam clareza e coragem. Banais porém factíveis e libertadoras, Por essa porta estreita e rude passa hoje o futuro do Brasil.

Parado

O Brasil, caldeirão de energia frustrada, está parado. A retração dos investimentos, a persistência do desemprego e as perdas salariais acumuladas perpetuam mais de duas décadas de estagnação econômica. Agravada agora por desesperança. O alívio dos endinheirados e dos doutos em constatar que o governo do PT não seria perigoso por conta de suas ousadias foi seguido pela descoberta de que ele é perigoso por causa de seu conformismo e de sua falta de imaginação.

A inflexão depressiva resultante dessa descoberta é o mais temível dos males que nos cercam. Por isso, é preciso confrontá-la com algumas realidades. Temos base para ciclo de crescimento de grande vigor e amplitude. Ponta agrícola e mineradora comparável às melhores do mundo é complementada por empresas, em quase todos os setores da indústria, que renovaram, sob a disciplina da estagnação, seus métodos de trabalho. Por trás desse avanço de paradigma produtivo, ocorre outro processo, ainda mais importante: a difusão de nova cultura de auto-ajuda e iniciativa entre milhões de profissionais e empreendedores emergentes, destituídos, porém, de meios e de oportunidades.

O que falta? Enfrentar o impasse das finanças públicas -- se necessário, por renegociação das dívidas interna e externa -- para assegurar que o juro fique abaixo da taxa média de retorno dos negócios e para evitar que o dinheiro público vá para os rentistas em vez de ser investido em gente e em condições de produção. Desenvolver práticas que permitam ao Estado ajudar os produtores a ganhar acesso a crédito, a comercialização, a tecnologia e a conhecimento sem ver a ajuda pública capturada por apaniguados e falastrões. Colocar dinheiro no bolso do

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

trabalhador para que ele possa comprar o que se produz. E dar salto de qualidade no ensino público, oferecendo estímulos especiais aos alunos pobres mais talentosos e aplicados.

O governo atual teria duas maneiras principais de dar o primeiro passo nessa direção. Uma, direta, seria reconhecer que o dinamismo produtivo não virá sem que se enfrentem, por meio da renegociação das dívidas, os parceiros da estagnação. A outra, indireta, seria desprivatizar o Estado, desmontando acertos fisiológicos entre empresários e políticos. Ainda que lhe falem dinheiro e ensino, o país começaria a se levantar com suas próprias mãos se não lhe faltasse também o cumprimento das leis.

A primeira solução romperia com o culto da confiança financeira (de que o Brasil, entre os países periféricos grandes, é o último bastião); a segunda sanearia o financiamento eleitoral e recuperaria, por meio de gestão profissional independente, os fundos de pensão, usados abusivamente pelo governo do PT, como foram pelo governo anterior, para fazer e desfazer grandes negócios. Ambas as soluções são improváveis porque exigem reviravolta de idéias e de atitudes. É mais fácil esperar que a recuperação das economias centrais nos devolva a crescimento medíocre e efêmero.

Para os inconformados sobra a solução que sempre foi a melhor: começar tudo de novo, construindo nova força capaz de representar a alternativa desenvolvimentista e democratizante que o país continua a querer. Perseverança, imensa e quase absurda, motivada por amor, é o de que precisamos. É pedir muito. Mas pedir apenas o que se tornou necessário.

Juro, dívida, câmbio

Em 1960 a renda per capita do Brasil era duas vezes e meia a renda per capita da Coreia do Sul. Hoje a renda per capita da Coreia do Sul é duas vezes e meia a renda per capita do Brasil. O governo de um partido que se diz dos trabalhadores preside a aumento significativo do desemprego e a queda espectacular da renda dos trabalhadores. E radicaliza nas políticas do governo

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

anterior a que, contraditoriamente, atribui a culpa por essa calamidade. Tudo em nome de transição sem fim.

O Brasil só pode sair dessa sob a liderança de nova força política que proponha outro rumo ao país. Hoje trato de três elementos da transição econômica: juro, dívida e câmbio. Não definem o caminho de que precisamos. Sem enfrentá-los, porém, não chegaremos lá.

A reorientação necessária exige persistência no enorme sacrifício fiscal que o Brasil vem fazendo. Sacrifício que deve ser usado, porém, não para servir aos mercados financeiros mas para libertar o governo da dependência deles, sem trazer a inflação de volta.

O juro real precisa cair abaixo da taxa média de retorno dos negócios, o que significa que o juro nominal há de ser menos da metade do que é hoje. Só essa queda profunda do juro, junto com a elevação da renda popular, pode sustentar novo ciclo duradouro de crescimento. E como se eleva em pouco tempo a renda popular? Aumentando o salário mínimo, implementando o princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, subsidiando diretamente ou por concessões tributárias o emprego e a qualificação dos trabalhadores mais pobres e quebrando o cartel dos bancos para democratizar o crédito.

Apesar das rendições do governo o mínimo de juro aceitável aos mercados financeiros continua mais alto do que o máximo de juro compatível com o crescimento. Daí a necessidade de renegociar a dívida pública. Não se trata nem de calote nem de "sim, senhor". Trata-se de torcer braços, tal como acontece no mundo real, sob condições de resguardo, inclusive controles sobre a saída do capital brasileiro. Não significa o apocalipse, como demonstram tantos exemplos contemporâneos. Reage a apocalipse que já instaurado entre nós.

E desvalorizar o câmbio. Qualquer retomada do crescimento econômico correria o risco de ser abortada no nascedouro por crise de balanço de pagamentos. O câmbio que nos convém é o mais baixo que conseguirmos sem que tenhamos de fixar a taxa cambial ou de expor o país a uma venda de ativos brasileiros a preço de banana. Os tutores-bajuladores de Lula repetem a lição de manual que ajudou a arruinar o país no primeiro mandato de FHC: desvalorizar o câmbio seria reduzir o

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

salário real e premiar a ineficiência de nossos exportadores. Como se numa economia relativamente fechada e radicalmente desigual a valorização cambial, engendrada por muito juro e muita submissão, aproveitasse a massa trabalhadora em vez de prejudicá-la. E como se a desvalorização não fosse compensação modesta pelos ônus que pesam sobre a atividade produtiva no Brasil.

Tudo mero bom senso. Bom senso que não levaremos ao poder sem grande e generosa proposta que esclareça, anime e conquiste o Brasil. E que ponha no lugar da política criminosa de um governo perdido as ousadias de uma alternativa produtivista, moralizadora, e democratizante.

Mínimo libertador

Muitos anos de falta de imaginação e de excesso de intimidação difundiram no país a idéia de que qualquer mudança de rumo significaria aventureirismo. Agora é o momento de tirar a camisa de força, por amor a sobrevivência, não por gosto de aventura.

A sensatez libertadora começa com duas séries de ações simultâneas: uma para nos dar margem de manobra; a outra para definir o ponto de partida e a direção de uma trajetória. Ambas exigem a continuação do sacrifício fiscal, mesmo à custa de renúncia a política fiscal anticíclica.

A primeira série de iniciativas levanta escudo protetor dos passos iniciais de nossa recuperação. Para isso, temos de substituir a orientação meramente fiscalista da reforma previdenciária por viés capitalizador, exigindo mais poupança e investimento de quem ganhe mais. E promover, sem preconceito ideológico, reconstrução do mercado de capitais que multiplique vínculos, tanto privados quanto públicos, entre a poupança de longo prazo e o investimento de longo prazo. Para aproveitar o capital estrangeiro é preciso não depender dele.

Nesse quadro de mobilização forçada dos recursos nacionais, viabiliza-se renegociação ordeira da dívida pública interna para baixar juros e para alongar prazos. Renegociação que pressupõe medidas para resguardar nossas reservas, inclusive controles cambiais temporários. Só assim deixaremos de viver sob estatuto neocolonial, duplamente proibidos de crescer: por juro real superior à taxa

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

média de proveito dos negócios e por ameaça de crise de balanço de pagamentos a qualquer sinal de crescimento.

A segunda série de iniciativas bota o país para trabalhar. Preservemos o que funciona -- a produção agrária, extrativa e industrial em grande escala. Equipemos o que não tem como funcionar -- os empreendimentos emergentes e precários que são a principal usina de empregos no Brasil.

Para a economia do grande capital, fazer movimento duplo. De um lado, desmontar a aliança de bancos públicos, fundos de pensão e agências reguladoras politizadas, usada para transferir recursos de quem produz para quem se relaciona bem. Colocar, portanto, a competição e o direito no lugar do tráfico de influência. De outro lado, negociar às claras, com cada setor da produção, concessões tributárias e regulatórias em troca de compromissos de investimento. Negociação que pode servir como semente de coordenação estratégica entre a empresa privada e o poder público: sujeita a regras e a critérios de desempenho, porém descentralizada, pluralista e experimental .

Para a economia dos empreendedores emergentes e dos candidatos a tal, desenvolver, em cada ramo da produção, equivalentes à "extensão agrícola": adaptando e transferindo tecnologias, preenchendo vazios do mercado de crédito, suprindo, pela organização de mutirões e de parcerias, a falta de escala e difundindo práticas exitosas. Dar, com isso, meios a nossa nova cultura de auto-ajuda e iniciativa. E abolir todos os encargos sobre a folha salarial, financiando os benefícios trabalhistas com os tributos gerais, para promover a legalização em massa da maioria dos trabalhadores, sem direitos, sem estímulo e sem respeito.

Essa não é, e nunca foi, minha proposta para o Brasil. Sem esse mínimo de soerguimento nacional, porém, nenhuma alternativa transformadora avançará.

O escudo do desenvolvimento

As forças que governam o Brasil há duas décadas difundiram a ideia de que não há alternativa prática ao rumo que fazem o país trilhar. Qualquer desvio desse

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

caminho estreito e áspero seria aventura irresponsável. Penetrando a consciência da classe média, esse idéia gerou sentimento de impotência. Um Brasil que queira desenvolvimento com justiça precisa repudiar as premissas falsas dessa abdicação.

Para voltar a crescer, o país tem de levantar escudo sobre seu desenvolvimento. O escudo não substitui a democratização de oportunidades de emprego, produção e ensino que representa o cerne da alternativa que buscamos. Entretanto, não se firma tal alternativa se não fôr protegida dos ciclos de liquidez na economia mundial. Seis elementos compõem o escudo.

O primeiro elemento é a elevação compulsória da poupança privada e pública. Em princípio, elevação de poupança é mais efeito do que causa de crescimento. Não se inicia, porém, dinâmica de crescimento na contramão dos interesses e preconceitos dos mercados financeiros sem acúmulo forçado de recursos nacionais. Os regimes previdenciários são o instrumento privilegiado para exigir poupança progressivamente proporcional à renda de cada um. O segundo elemento (é a multiplicação de canais entre poupança de longo prazo e investimento de longo prazo, mesmo quando seja preciso recorrer a instituições novas ou híbridas: por exemplo, a fundos, estabelecidos pelo governo, porém administrados de maneira competitiva, profissional e independente, que invistam a poupança previdenciária na produção, inclusive em conjuntos diversificados de empreendimentos emergentes. O terceiro elemento é a manutenção de carga fiscal elevada. Contrariamente ao que se diz, não pode ser muito mais baixa do que a carga sofrida hoje. Inevitável dar posição central a tributos como o imposto sobre o valor agregado que geram mais receita com menos distorção e desincentivo do que outros impostos. Mas que são regressivos e que por isso mesmo só se legitimam no bojo de um projeto democratizador de oportunidades. O quarto elemento é a disposição de renunciar, temporariamente, para que o Estado possa minimizar suas dependências, ao manejo anticíclico da política monetária e fiscal. O que não quer dizer que essa política deva ser pró-cíclica, agravando recessões com arrochos. O quinto elemento é a renegociação ordenada da dívida pública, facilitada pelo aumento, graças aos outros componentes do escudo, do poder de barganha do governo. Renegociação necessária para que se afirme a primazia da economia real sobre a confiança financeira. O sexto elemento é a prontidão para impor controles seletivos e circunstanciais sobre a saída do capital brasileiro, quando necessário para permitir a renegociação da dívida.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Essas iniciativas não definem a estratégia de desenvolvimento de que precisamos. Não substituem a tarefa de ancorar crescimento econômica em democratização de oportunidades; de mudar o financiamento, o conteúdo e, portanto, a qualidade do ensino público; e de introduzir as instituições de uma democracia mudancista, de alta energia. Ampliam, porém, a indispensável margem de manobra. Ao organizar mobilização forçada dos recursos nacionais, inauguram aquilo de que o Brasil precisa com mais urgência hoje: uma economia de guerra sem guerra.

Por onde começa a mudança?

Há anos continua o Brasil preso num ciclo de ilusões e privações. Quando nossa rendição às pseudo-ortodoxias que nos impingimos a nós mesmos resulta em estagnação econômica, desemprego crescente e crise próxima no balanço de pagamentos, os quadros dirigentes e os meios de comunicação admitem, timidamente, discutir uma reorientação. Quando a crise desafoga, esvai-se o pouco que havia de interesse por alternativas. É o que ocorre hoje.

Pois justamente num intervalo como esse torna-se mais importante demarcar outro rumo. Na hora do próximo revés, o pânico fará a imaginação calar -- tanto nas políticas dos governos quanto no discurso dos candidatos. E esse revés não tardará porque a recuperação econômica em curso não se baseia nem em qualificação ascendente das exportações, nem em aprofundamento organizado do mercado interno, nem em estratégia que enfrente o endividamento do Estado para poder aliviar o arrocho monetário e fiscal.

O início da mudança buscada pela população e necessária ao país nada tem de voluntarista, romântica ou radical. No campo estrito da política econômica, ele se pode compor de três conjuntos de iniciativas factíveis com instrumentos de que o Brasil já dispõe.

Em primeiro lugar, a sempre adiada renegociação das dívidas interna e externa. Tendo como pressuposto a continuação temporária do sacrifício fiscal. Como meio, a proteção de nossas reservas contra a debandada e a extorsão

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

financeiras. E como resultado, um juro abaixo da taxa média de proveito dos negócios, pondo fim à eutanásia dos produtores.

Em segundo lugar, acordo emergencial do governo com os grandes empresários para assegurar agenda de investimentos em troca de concessões tributárias ou regulatórias. Acordo negociado às claras, setor por setor, como ponto de partida para a construção de práticas e instituições que permitam a governos e empresas trabalharem juntos sem se meterem em favorecimentos e conluios.

Em terceiro lugar, esforço para aprofundar o mercado interno e emitir os sinais capazes de levar empresas consolidadas e emergentes a produzir para ele. Uma maneira de deslançar esse processo é favorecer a legalização de toda nossa força de trabalho, abolindo os encargos que pesam sobre a folha salarial, a serem financiados pelos impostos gerais. Outra maneira é aumentar a participação dos salários na renda nacional sem trazer a inflação de volta. O melhor meio para isso é avançar das duas pontas da hierarquia salarial: de cima, generalizando o princípio constitucional de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e, de baixo, dando incentivos ou subsídios para que se empreguem e se qualifiquem os trabalhadores mais pobres e menos preparados.

Tudo muito reles. E apenas um começo. Mas que começo! Daria vez à energia reprimida do país. Criaria clima para tratar dos nossos dois outros problemas prioritários: a péssima qualidade do ensino público e a corrupção da política pelo dinheiro privado, derramado em campanhas eleitorais. Entretanto, não o farão os que estão no poder hoje, nem os que estavam no poder ontem. Por isso, alguém que defenda essas verdades mezinhas terá de disputar e ganhar a Presidência para que o Brasil consiga o que seus governantes, desorientados e acovardados, lhe negam.

Renegociação e conversibilidade

O Estado (e o país com ele) continuam vergados sob o peso de dívida impagável. (Para simplificar, tratarei as dívidas interna e externa como inseparáveis, dados os vínculos entre as duas.) Apesar do enorme sacrifício fiscal,

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

o governo paga menos da metade dos juros; o resto se soma ao principal. Essa situação insustentável estimula os credores do Estado a exigir juros altos, que por sua vez pioram a dinâmica da dívida e condenam o produtor a pagar pelo crédito mais do que ganha no empreendimento.

Apresentam-se (na surdina) três soluções: inflação, renegociação e conversibilidade da moeda -- o direito livre que teria o capital de trocar moeda nacional por estrangeira e de ir e vir quando quiser. Todas as três soluções pressupõem a perpetuação de esforço fiscal exigente e portanto a rejeição de populismo irresponsável. Minha tese é simples, embora possa parecer chocante por combinar, na mesma sequência, soluções consideradas antagônicas. Convém renegociar e, logo em seguida, instituir a conversibilidade.

Por desvalorizar a dívida, a inflação atenua. Mas não resolve. Não toca a dívida externa. Para aliviar a interna, teria de ser alta. O país se recusa a voltar a inflação alta e crônica.

A renegociação é imprescindível como ponto de partida. Evento corriqueiro no mundo moderno, não é calote nem apocalipse. Armado de base fiscal sólida e de medidas para proteger as reservas (controles severos porém temporários sobre a saída do dinheiro), o Estado torce o braço de credores que há muito tempo recebem juros que embutem o risco de renegociação ou de inadimplência. Com isso, reestabelece meios para atuar e investir e resgata do suplício os interesses do trabalho e da produção.

A renegociação, porém, deve ser seguida por aquilo que parece ser seu oposto -- a livre conversibilidade da moeda. Ao contrário do que imaginam ideólogos de direita, a conversibilidade não é sempre benéfica: não há relação universal entre crescimento e conversibilidade. Ao contrário do que supõem ideólogos de esquerda, a conversibilidade não é sempre prejudicial: tudo depende do papel que desempenhe na circunstância. Na sequência de renegociação, teria quatro vantagens. A primeira é que contrabalançaria o trauma (real ainda que exagerado) que a renegociação terá imposto à confiança. A segunda é que, quando combinada com a indispensável livre flutuação da moeda, diminuiria o perigo das crises recorrentes no balanço de pagamentos que interrompem nosso crescimento. Tal perigo passaria a ter foco mais estreito: o descasamento dos tempos de nossos

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

ganhos e gastos em moeda estrangeira. A terceira é que fortaleceria a disposição para emprestar e tomar emprestado em moeda nacional, fomentando mercado de capitais que canalizasse poupança de longo prazo para investimento de longo prazo. A quarta é que, na esteira das outras vantagens, ajudaria as políticas monetária e fiscal a reconquistar sua vocação anticíclica.

Para pensar desse jeito, é preciso ver o técnico à luz do geral e o geral sob o prisma do técnico. E enfrentar fetiches ideológicos que, sem base nos fatos ou na teoria, opõem soluções que se podem e se devem complementar. É desesperador: temo, mais uma vez, haver feito proposta que só meus adversários entenderão.

A eutanásia dos produtores

Quando, em 2006, os dois ajuntamentos partidários que hoje dominam a política brasileira, estiverem tentando convencer o eleitorado de que algo os separa que não seja apenas o apetite do poder, encontrarão pela frente dois debates incômodos e reveladores. O primeiro debate diz respeito à participação do salário na renda nacional. Cai há muito tempo e continua caindo, sob o governo do Partido dos Trabalhadores, mesmo em meio à recuperação econômica frágil e estreita que vivemos. Sua queda não é fato da natureza. É resultado de políticas ruins e de idéias erradas.

O segundo debate concerne a relação entre o que o governa arrecada como imposto e o que ele paga como juros da dívida pública. O país faz imenso sacrifício fiscal. Entretanto, os 5% de superávit fiscal primário costumam não pagar mais do que a metade dos juros da dívida pública interna. A parte não paga engrossa bola de neve que já supera 1 trilhão de reais. Todo o rigor -- sem par no mundo de hoje -- com que o governo abraça a agenda de reformas descrita na cartilha de Wall Street e de Washington não basta para baixar os juros a níveis praticados em outros lugares. Não tira o Brasil da condição do país continental em desenvolvimento que menos cresce. Não evita sequer que a Argentina -- violadora espetacular dos preceitos daquela cartilha -- venha sendo vista por muitos como destino melhor para investimento estrangeiro do que o Brasil.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

As consequências para nós são arrasadoras. O dinheiro pago em imposto não volta como investimento em gente ou em infra-estrutura. Vai para pagar credores. E a atividade produtiva torna-se irracional, já que o juro real supera o lucro médio das empresas que não sejam bancos.

As causas básicas do juro empobrecedor são tão simples que parecem misteriosas: uma objetiva; a outra, subjetiva. A causa objetiva é que os interessados sabem que essa dívida não é pagável. O que se quer é adiar o momento da confusão e maximizar o lucro já. A causa subjetiva é que o governo atual, exatamente como o anterior, paga esse juro porque não tem disposição para torcer braço de financista ou de rentista. Prefere torcer braço de trabalhador.

Todos os esforços, nos últimos anos, para questionar essa situação absurda, recebem como resposta um discurso terrorista. Segundo esse discurso, o mercado é o que, na natureza das coisas, determina os termos do pagamento da dívida pública. Fora daí, só calote e caos.

Nada mais irrealista ou mais ruinoso. A história das finanças públicas modernas é em grande parte a história do vasto espaço intermediário que existe entre dizer sim, senhor, aos mercados financeiros e repudiar dívidas. Um governo que conte com apoio popular e que se paute por realismo fiscal pode negociar em posição de força com organizações financeiras que dependem, quase inteiramente, de sua benevolência e de seus negócios. E tanto dependem que são hoje os maiores financiadores e corruptores das campanhas eleitorais. Longe de representar o início de uma série de enfrentamentos, uma renegociação ordeira, praticada em quadro de solidez fiscal, pode criar condições para a conversibilidade da moeda. A conversibilidade, possibilitada pela renegociação, anulará e reverterá a reação dos mercados contra a renegociação. E aí teremos finalmente um Brasil que não entrega os dedos para conservar os anéis.

Quem paga e quem ganha?

A vida econômica e política do Brasil hoje gira em torno de negócio que precisamos desfazer e substituir. Para isso, é preciso esclarecer as consciências e

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

ganhar o poder.

Quando Lula assumiu a presidência, a dívida pública interna crescia de maneira insustentável. O novo governo compreendeu que esse esquema não podia continuar. Entretanto, não iniciou renegociação ordeira da dívida pública nem começou a organizar bases para crescimento econômico fundado em democratização das oportunidades, em capacitação dos brasileiros e em mobilização de poupança de longo prazo para investimento de longo prazo. Em vez disso, optou por privilegiar a confiança financeira e por seguir cartilha de reformas em que ninguém, afora os mestres em Washington e os alunos em Brasília, acredita mais. Agravou o sacrifício fiscal e dedicou os recursos resultantes ao pagamento de proporção maior dos juros da dívida pública. Com isso, diminuiu o ritmo do crescimento da dívida sem ainda estabilizá-lo. E restringiu os recursos, já escassos, disponíveis para educação, saúde e obras. A curto prazo, o sistema resultante é economicamente mais estável. A médio prazo, porém, é politicamente menos estável.

Os tomadores da dívida pública não são apenas pequena elite de ricos. Também não são parcela ampla do povo brasileiro. Quase 80% dos títulos da dívida estão em mãos de bancos comerciais. Parte relativamente pequena desse montante corresponde a capital dos próprios bancos. Parte maior representa depósitos super-remunerados de pessoas jurídicas e físicas. As pessoas jurídicas são as empresas que recebem, com isso, compensação capenga pela dificuldade de atuar num ambiente em que o juro real excede o lucro médio: quem arrisca sufocar como produtor consegue respirar como rentista. As pessoas físicas são algumas centenas de milhares de depositantes, investidas diretamente ou por meio de fundos de pensão. Incluem boa parcela da classe média. Ficam sem escola ou hospital público aceitáveis. Pagam o imposto de renda, que incide principalmente sobre o salário da classe média. Em troca, quem tenha um dinheirinho recebe juro alto no banco. Mau negócio, para a classe média e para o país. Os trabalhadores ficam fora dos benefícios. Pagam-lhe, porém, os custos: por escassez de capital para aumentar a produtividade do trabalho, por imposto desviado para pagar juros e por falta de um Estado que possa investir no social. O brinde dos juros serve para separar a classe média dos trabalhadores. Investem-se os ganhos financeiros em novas aplicações financeiras, ao léu da economia real e das necessidades da produção.

Proponho a reorganização desse sistema sobre duas bases. A primeira base é a renegociação ordeira da dívida pública, com continuação do sacrifício fiscal, para

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

fazer o juro ficar mais baixo do que o lucro médio e para aumentar a capacidade de investimento do Estado. A segunda base é a construção de ensino e de saúde públicos de qualidade para atrair a classe média ao sistema público, em proveito de todos. A classe média deixará de ser massa de manobra. Terá razões para participar de uma aliança majoritária que faça prevalecer os interesses do trabalho e da produção e que generalize, de fato, a prestação social do Estado. Moderada e realista no método, essa reorientação é revolucionária no conteúdo. A tarefa é traduzi-la em linguagem que todos os brasileiros entendam. E encarná-la em projeto político que lute pelo poder para transformar o Brasil.

Visto de lá fora

O Brasil iniciará período de debate nacional a respeito de seu futuro. A desmoralização de um governo infiel ao mandato mudancista que recebeu é o estopim para instaurar o debate. Ao fazê-lo, convém avaliar nossa tarefa à luz do que está acontecendo no mundo.

Constato em minhas viagens para participar, mundo afora, de discussões sobre alternativas nacionais e globais que o ambiente nunca foi tão propício à rebeldia contra a ortodoxia reinante, compartilhada tanto por supostos liberais quanto por pretensos social-democratas, com sua visão de governos como meros douradores da pílula dos mercados e da globalização. O clima de repulsa estende-se à Europa. E aparece até nos Estados Unidos, na forma de um ressentimento popular que o centro-direita consegue, paradoxalmente, aproveitar mais do que o centro-esquerda.

A essência do problema é simples. Mesmo quando, nos países ricos, a maioria fica a salvo da pobreza, vê-se excluída dos setores avançados da produção e do ensino, onde cada vez mais se concentram riqueza, poder e chance para criar e aventurar-se. Em nome da flexibilidade, generalizam-se a insegurança, o medo e os sentimento de impotência e de apequenamento. A solidariedade social, esgarçada, reduz-se a transferências compensatórias de dinheiro. No resto do mundo é muito pior: os países obedientes (como o Brasil) estancam. Os desobedientes (como a

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

China) prosperam. Mas nem aqueles nem estes providenciam o que a humanidade quer: desenvolvimento à base de oportunidade e de respeito para todos. Coisas simples, como ninguém ter que mandar o filho para escola que não presta, ou abandonar o sonho de iniciar um pequeno empreendimento por falta de crédito em condições razoáveis, ou ficar horas humilhado em fila para receber pensão ou ver médico.

A boa notícia que trago é que começam a surgir os rudimentos de um consenso antagônico ao que nos impingiram. De acordo com essa visão emergente, as instituições de mercado que o mundo agora copia dos países do Atlântico norte pressupõem, para funcionarem como funcionam lá, dois séculos de lutas igualizadoras. E mesmo lá não conseguem conter ou reverter a escalada da desigualdade e da exclusão. Não basta regular o mercado ou atenuar suas desigualdades com políticas compensatórias. É preciso fazer em todos os setores da economia aquilo que os americanos fizeram no século 19 (e depois pararam de fazer), em setores específicos, quando descentralizaram o sistema bancário e criaram, com o apoio do Estado, uma agricultura de escala familiar: democratizar o mercado. E para democratizar o mercado em sociedade muito desigual, é preciso aprofundar a democracia; não basta copiar as instituições políticas das democracias sonolentas e desencantadas do Atlântico norte.

Qual o grande país que tem hoje as melhores condições objetivas para avançar nesse rumo? O Brasil, palco que é da combinação de imensas injustiças, recursos fabulosos e nova cultura popular de iniciativa e de auto-ajuda -- a cultura do batalhador. E qual o grande país que enfrenta hoje os maiores obstáculos subjetivos para andar nessa direção? Também o Brasil, pela conformismo antinacional de seus quadros dirigentes, e por sua falta de confiança em sua própria originalidade. É para resolver essa contradição entre oportunidade objetiva e bloqueio subjetivo que cada cidadão brasileiro consciente deve entrar na vida pública e lutar para dar outro rumo ao Brasil.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Verdade econômica sem mentira agradável

Nada de visão açucarada e enganosa das opções econômicas que o Brasil tem pela frente. Melhor dizer a verdade, ainda que áspera, ao país.

De um lado, o Brasil pode prosseguir no rumo em que está. Esse rumo continuará a nos trazer o que nos traz há vinte cinco anos: mediocridade. Teremos crescimento baixo -- muito aquém do obtido por todos os outros países continentais em desenvolvimento --, desde que não haja trauma na economia mundial. E teremos queda forte se houver trauma. Essas relações nada têm de inevitáveis. Resultam do modelo econômico adotado por nossos governos, que internaliza qualquer dissabor vindo de fora. Enquanto não vier tal dissabor -- estamos ainda saindo do apogeu de um dos ciclos globais de liquidez --, tudo continuará na mesma, sem brilho e sem calamidade, a não ser a calamidade, lenta, gradual e progressiva, de transformar esse caldeirão de energia e de engenho que é o Brasil em marasmo.

De outro lado, o Brasil pode mudar de rumo. Mas para onde? Que há alternativa capaz de assentar novo ciclo de desenvolvimento em democratização de oportunidades econômicas e educativas e em rompimento dos vínculos entre governantes e endinheirados é a tese a que costumo dedicar esse espaço. O que sublinho agora é o valor prático da honestidade intelectual: não se opera essa reorientação sem a clareza de uma concepção abrangente e sem a coragem para enfrentar riscos e sacrifícios inescapáveis.

Não há como simplesmente anunciar a baixa dramática do juro. Se governo futuro não quiser impor reorganização unilateral da dívida, quer dizer: moratória ou calote -- e ainda estamos longe de ter de fazê-lo --, precisa aumentar, não diminuir, seu poder de barganha com os mercados financeiros. Não se pode dar o luxo de baixar o superávit primário e começar a gastar. Aí está uma primeira e perigosa confusão do debate atual: misturar alternativa produtivista com ganância eleitoreira. Não nos convém política contra-cíclica tradicional, gastando para crescer; não porque tal política desobedeceria fantasiosa lei econômica que regeria

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

a relação entre superávits, dívidas e juros mas porque ela enfraqueceria o governo diante dos mercados financeiros quando ele precisa fortalecer-se. O aumento da capacidade de investimento público precisa ocorrer depois, como efeito, não como preliminar, do declínio do juro.

A baixa radical do juro, ainda que facilitada pela persistência no sacrifício fiscal, implica tensionar com os mercados financeiros. Por isso, só se viabiliza sob o escudo de medidas destinadas a agravar, temporariamente, os controles exercidos sobre as entradas e saídas do dinheiro. Tais medidas não contradizem o objetivo de chegar, mais adiante, à conversibilidade da moeda -- a livre troca entre moeda nacional e estrangeira; pelo contrário, abrem o caminho mais seguro para alcançá-lo.

Não adianta tensionar com os mercados financeiros para forçar a baixa do juro, num jogo de torcer braço, sob a proteção de controles dos movimentos do capital, sem que se formule estratégia de desenvolvimento. Juro baixo é pré-requisito, mas não é estratégia. A estratégia que a nação procura há de basear-se na democratização de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir e portanto no aniquilamento de privilégios poderosos.

Aí está a verdade dura, sem a anestesia das mentiras agradáveis. Enfrentemo-la. Ela, só ela, nos libertará.

Como dar a volta por cima

De repente os quadros dirigentes e a opinião informada no Brasil caíram na real: perdemos, dramaticamente, a dianteira do desenvolvimento não só para China e a Índia mas também para muitos países menores. A inversão de ânimo fez ressurgir o fatalismo desenganado que sempre teve influência no Brasil. Perdemos a vez, dizem. Agora não há mais como competir com os produtos baratos da China ou com o trabalho qualificado da Índia. E a barafunda de 2005 demonstra, alegam, que, mesmo se existissem oportunidades para avançar, não haveria forças políticas capazes de aproveitá-las: todas se igualaram no descrédito e na mediocridade.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Afirmo ser falsa essa tese derrotista. O Brasil pode passar, rapidamente, da popa para a proa das estratégias contemporâneas de desenvolvimento. Em pouco tempo, sabendo usar os meios singulares de que dispõe, pode iniciar crescimento quantitativamente comparável e qualitativamente superior ao da Índia e da China. Pode dar a volta por cima. Basta que tome as iniciativas certas em cinco áreas decisivas.

A primeira área é a do juro e do câmbio. Não há qualquer outra economia de país grande que desfrute da possibilidade de que nós desfrutamos de dar grande salto por meio de redução dramática do custo de capital e de consequente desvalorização do câmbio. As oportunidades empresariais e o impulso empreendedor vicejam entre nós em toda a parte; o que falta é impor relação razoável entre ganhos financeiros e não financeiros. Não há como fazê-lo sem combinar disciplina fiscal com reorientação do manejo da dívida pública.

A segunda área é a da estrutura energética. Nenhum país se compara com o nosso em meios quase ilimitados para construir base hídrica e de biomassa para o desenvolvimento. Construindo essa base, tomaremos, ao mesmo tempo, posse plena da Amazônia brasileira.

A terceira área é a difusão de práticas econômicas vanguardistas em grandes setores da economia brasileira. Novo paradigma de produção -- flexível, experimentalista, vocacionado para a inovação permanente -- está surgindo no mundo. Costuma, porém, firmar-se em setores relativamente isolados do resto da economia de cada país. No Brasil a predominância de empreendimentos de escala pequena ou média, a onipresença do espírito empreendedor e a existência de exemplos vitoriosos de aliança entre o poder público e a iniciativa privada -- como a Embrapa e a rede do Sebrae -- tornam possível propagar amplamente as práticas produtivas que caracterizam a economia do futuro.

A quarta área é a da qualificação do ensino público. Agora que a escola de segundo grau está no caminho da universalização, uma melhora de qualidade do ensino, baseada na cobrança de mínimos de investimento por cada aluno e de desempenho por cada escola, poderia surtir efeito dramático.

A quinta área é a da do conserto da política. Farto dos acertos corruptos entre o poder e o dinheiro, o país está também pronto para enriquecer a democracia

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

representativa com elementos de democracia participativa. Elementos que engajem a cidadania diretamente na solução dos problemas nacionais e na responsabilização dos governantes.

Essas iniciativas são factíveis com os meios à mão. Colocarão o Brasil na vanguarda do desenvolvimento atual da humanidade.

A oportunidade brasileira

O Brasil ocupa, há muito tempo, o fim da fila dos países grandes em desenvolvimento. Pode, em pouco tempo, passar para a frente da fila. Basta que mude de rumo: nem continuidade conformista da trajetória estabelecida nem ruptura que ponha em risco o que de valioso se conquistou nos últimos anos -- a estabilidade da moeda, o compromisso com o realismo fiscal, o aumento, ainda que insuficiente em quantidade e deficiente em qualidade, da escolarização, a disposição para enfrentar a concorrência internacional. O que falta, reduzido a seus termos mais simples, é um elenco de estratégias que ponha o país para trabalhar e para aprender e que livre a política da sombra do dinheiro.

A maior mentira do discurso predominante no Brasil é que não exista maneira clara de cumprir essa tarefa. Nesse espaço, tenho insistido que há. Agora procuro olhar o quadro de fora, comparando as oportunidades do Brasil com as de outros países -- sobretudo a China e a Índia -- mais rebeldes e por isso mesmo mais bem sucedidos.

Conhecem-se nossas desvantagens. Trato de nossas vantagens. Elas são de quatro ordens.

Em primeiro lugar, algo intangível e decisivo. O Brasil foi por muito tempo acampamento; agora ele é nação. Misterioso, e sem par entre países tão extensos e tão desiguais quanto o nosso, é o grau de unidade que conquistamos -- de percepções e emoções, de valores e atitudes -- acima de regiões, de crenças e de classes. É a preliminar para nova época de construção nacional.

Em segundo lugar, defeito aparente que pode virar instrumento poderoso: a predominância de empreendimentos de escala pequena e média, marcados por

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

cultura empresarial de improviso espontâneo e arrojado. Sem meios de acesso a crédito, tecnologia e conhecimento e sem condições para compensar a falta de escala, essa situação representa receita para o atraso e o isolamento. Dotada de tais meios e condições, a vasta periferia de empreendimentos desequipados e de empreendedorismo cego pode atuar como motor de novo ciclo de crescimento rápido e duradouro. Pode virar palco das práticas produtivas mais vanguardistas: o improviso rude transformado em experimentalismo preparado.

Em terceiro lugar, o benefício de não ter de lidar com a inclusão econômica e cultural de centenas de milhões de lavradores paupérrimos. Favorece-nos a demografia: trabalhador no Brasil não precisa ser recurso aviltado. Temos condições para valorizar o trabalho, para qualificar, em massa, o trabalhador e para dar salto na melhora da qualidade do ensino. Não precisamos ter o social apenas como caridade pública; podemos tê-lo como democratização de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir.

Em quarto lugar, a circunstância de contar com o maior cabedal de recursos hídricos e biológicos do mundo. Esse manancial representa fonte praticamente inesgotável de energia. É base para modelo de desenvolvimento que enriqueça a sociedade sem empobrecer a natureza.

Passadas as divisões e as paixões políticas do momento, nada será mais importante do que convergir na construção de um modelo de desenvolvimento que nos permita aproveitar essas vantagens. Estamos no chão da mediocridade. Podemos, de repente, levantar-nos.

Agenda ainda não encontrada

Há transformação das formas de produção e de aprendizagem em curso no mundo. É pouco compreendida. Tem implicações radicais para toda a humanidade. Coloca o Brasil diante de obstáculos graves e de oportunidades extraordinárias. Nossa paupérrima discussão de alternativas econômicas, vidrada em taxas de juros e de câmbio, em gasto público e esforço fiscal, passa longe do que deveria ser nossa preocupação maior.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

A essência dessa mudança mundial não está em acúmulo de tecnologia ou sequer de conhecimento, como se costuma supor. Está no desdobramento de práticas de cooperação que favorecem a inovação permanente, a criação ininterrupta do novo. Entre tais práticas estão o enfraquecimento de divisões entre atividades de mando e de execução, a fluidez das especializações e a substituição delas por capacitações genéricas e multiformes, a insistência em misturar concorrência e cooperação e a busca incessante de alternativas -- de método, de organização, de tecnologia, de produto -- vasculhando, para encontrá-las, todo o mundo.

Nas melhores escolas instaura-se conjunto semelhante de práticas. Não se despreza a informação. Usa-se a informação, seletivamente aprofundada, como palco para o desenvolvimento de capacidades analíticas e sintéticas. Compreende-se, tanto nas ciências quanto nas humanidades, que o entendimento do existente depende da imaginação do possível.

A rede das vanguardas de produção e de ensino marcadas por essas práticas torna-se, cada vez mais, a força diretriz da economia e do saber, tanto em países mais ricos, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão quanto na primeira linhas das economias emergentes, como na China e na Índia. Há, porém, problema devastador. A maioria da humanidade -- inclusive nos países desenvolvidos -- continua excluída dessas vanguardas. E as duas estratégias disponíveis para moderar as desigualdades resultantes -- as políticas compensatórias e a difusão da pequena propriedade -- pouco podem contra os efeitos avassaladores dos contrastes entre vanguardas e retaguardas. Como generalizar as práticas vanguardistas de produção e de ensino, evitando que elas se restrinjam a setores relativamente isolados, porém ligados entre si, mundo afora?

Onde ficamos nisso? O Brasil tem a matéria prima para construir economia e sociedade beneficiadas por difusão ampla de tais práticas vanguardistas: ausência de divisões e de antagonismos arraigados, enorme e inexplicável energia e queda para a flexibilidade espontânea -- forma inculta e desequipada do vanguardismo sério e generalizado que nos falta. Entretanto, estamos despreparados. Nossa indústria se organiza, quase toda ela, de acordo com o estilo antigo, de produção padronizada e rígida. Nossas escolas, mesmo de elite, oferecem mistura paradoxal e insensata de decoreba e divagação. Vivemos sob a ditadura da mediocridade

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

retrógrada tanto no micro quanto no macro.

Apelo a meus concidadãos para mudar radicalmente o foco do debate brasileiro. Juro e câmbio, déficits e superávits, são importantes, sim. São, porém, muito menos importantes do que a luta para transformar nosso gosto por novidades e nosso pendor para o imprevisto em instrumentos organizados e revolucionários de construção nacional.

Salvar a pátria

Persistir no imenso sacrifício fiscal que o país sofre e até sacrificar mais, admitindo aumentar o superávit fiscal primário para 7 por cento. Tomar essa iniciativa, de aparente submissão ao ideário dominante (dominante só entre nós, não no resto do mundo), por razões opostas às desse ideário. Tomá-la para fortalecer a mão do governo na hora de jogar duro com os rentistas e de iniciar novo ciclo de desenvolvimento baseado na democratização de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir. Anunciar aos bancos -- e às poucas milhares de famílias que eles representam -- que a festa acabou. Não receberão mais do que 5% de juro real. Confiar que a maior parte desse capital não encontrará aplicação mais atraente. Não confiar, porém, demais: reforçar os controles sobre as entradas e saídas de dinheiro. Assegurar alternativas aos poupadores, ajudando os bancos privados e públicos a organizar instrumentos que mobilizem poupança de longo prazo para investimento de longo prazo. Tais instrumentos incluiriam a formação de mercado em papéis lastreados por créditos hipotecários e o lançamento de fundos previdenciários, sob administração profissional e competitiva, vocacionados para o investimento diversificado em novos empreendimentos. Acelerar, por intervenções pontuais no mercado cambial, a desvalorização do câmbio que essas medidas acarretarão, até alcançar taxa de pelo menos 2,50. Cortar a despesa pública de duas maneiras principais: por redução drástica dos juros da dívida pública e por aumento da idade da aposentadoria. Quem quiser se aposentar antes, poderá fazê-lo, mas receberá menos. Deixar a indispensável simplificação dos impostos -- rica em conflitos federativos -- para depois. Trazer para o regime da lei a mais da metade de trabalhadores brasileiros que trabalha sem carteira assinada. Para isso, abolir progressivamente os encargos que incidem sobre

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

a folha de salários e financiar os direitos dos trabalhadores mais pobres com base nos impostos gerais. Multiplicar organizações como o Sebrae e a Embrapa para transferir tecnologias e práticas produtivas avançadas aos milhões de empreendedores que representam o motor da economia brasileira. Definir a melhora da qualidade do ensino público como compromisso preeminente da política social: garantindo, por responsabilidade da União, mínimos de investimento por aluno e de desempenho por escola em todo o país, treinando o professorado para ministrar ensino analítico e capacitador e oferecendo apoios e oportunidades extraordinários aos alunos pobres mais talentosos e esforçados. Iniciar três conjuntos de grandes obras: a recuperação das rodovias federais (que estão literalmente sumindo); o aumento rápido de nossa produção de energia, sobretudo pelo aproveitamento dos recursos hídricos e biológicos da Amazônia e do oeste brasileiros, e a construção de rodovias e ferrovias que dêem base física à integração sul-americana, mais importante do que nunca nesse momento em que é denunciada como devaneio. E, no campo da reforma política, priorizar o financiamento público das campanhas eleitorais para começar a livrar a vida pública da sombra corruptora do dinheiro.

Esse projeto desagradará a direita e a esquerda. Todos os dias leio na imprensa que o Brasil não precisa de salvadores da pátria e que não os quer. Concordo que não quer. Insisto que precisa. A força que, no poder, executar esse projeto salvará a pátria.

Repensar a economia

Para que o Brasil siga novo rumo, não basta ter alternativa de candidato. É preciso ter alternativa de idéias. Vejam, por exemplo, como estão errados os termos do debate econômico entre nós e quanto o erro acorrenta o país. Essa desorientação intelectual tem causa: quando os intelectuais esquerdistas perderam a fé no estatismo, abraçaram o Keynesianismo. Menos a doutrina de Keynes (que mudava de década em década) do que as fórmulas, hoje fora de época e de contexto, de seus seguidores americanos: gastar para crescer e deixar que a dinâmica do crescimento estimule formação de capital e aumento de produtividade. Exemplifico.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Superávit fiscal. A direita gosta, a esquerda não. Mas a esquerda deveria gostar e usar para objetivo oposto ao da direita: não para enquadrar o Estado mas para libertá-lo da dependência de confiança financeira. A verdade dura é que tem de aumentar, não diminuir o superávit. E usar a condição ganha com esse sacrifício para forçar baixa radical no juro. Diminuindo o gasto no juro e elevando a idade da aposentadoria, recupera-se o poder de investimento público.

Transigir com frouxidão fiscal é sepultar a capacidade estratégica do Estado para investir e para democratizar.

Poupança e investimento. Teoricamente a poupança é mais efeito do que causa do crescimento. Direita e esquerda concordam: deixemos o crescimento resolver. Não resolve porque não acontece. Nenhum país se desenvolve, ou se rebela, fiado no dinheiro dos outros. Precisa mobilizar seus recursos e inovar em meios para canalizar a poupança de longo ao investimento de longo prazo. Só assim evita ter de ficar de joelhos. Deveria ser a tese da esquerda.

Produtividade. Para a direita, basta adotar regras que agradem credores e investidores. A esquerda se finge de desentendida, confiando na aliança entre o Estado e as grandes empresas. Erram ambas. Só o aumento da produtividade viabiliza o desenvolvimento e nos exime de apostar em força de trabalho barata e desqualificada. Um país como o nosso não sustenta aumento de sua produtividade sem assegurar oportunidade econômica e educativa a milhões de pessoas, inclusive milhões de empreendedores emergentes, que vivem à míngua dela: acesso a crédito, tecnologia e conhecimento; difusão, pública e privada, de práticas produtivas avançadas. É o que deveria propor a esquerda.

Se quisermos botar o Brasil para trabalhar e para aprender, joguemos fora o financismo fiscalista e o Keynesianismo fossilizado. E tratemos de pensar.

Mensagem econômica incômoda

Todas as principais correntes de opiniao no país são co-responsáveis hoje pelo descaminho do debate a respeito de nosso rumo econômico. No meio dessa

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

desorientação, confie a nação em si mesma.

Erram os ideólogos e economistas de esquerda quando bradam contra o superávit primário e clamam por menos disciplina fiscal para fazer o Brasil crescer. Esse Keynesianismo vulgar, fora de época e de contexto, ignora verdade incômoda: não há alternativa produtivista que não exija margem de manobra do governo frente aos detentores do capital. Nas condições de hoje, o superávit tanto pode servir para efetuar rendição aos rentistas como pode servir para libertar o governo da dependência deles. Sem realismo fiscal, não há alternativa real.

Erram os economistas e ideólogos da pseudo-ortodoxia importada quando recomendam a agenda de "reformas" do agrado de investidores e credores. Esquecem outra verdade incômoda: nos últimos duzentos anos, nenhum país grande ascendeu sem dar primazia aos interesses da produção e do trabalho; sem capacitar, por meio da educação pública, sua população; sem ousar na criação de instituições inovadoras para mobilizar seus recursos e equipar seus cidadãos e sem rebelar-se contra as fórmulas patrocinadas pelas potências dominantes da época.

Erram os empresários quando exigem a queda dos impostos. Batem-se contra uma verdade incômoda: as dinâmicas da dívida pública interna e da desigualdade econômica e social convergem para inviabilizar, por enquanto, queda substancial da carga tributária. Arrecademos e gastemos melhor. Para termos, porém, governo com meios para investir em grande escala nos brasileiros, precisaremos continuar pagando muito imposto. Ainda que reduzamos drasticamente os juros da dívida pública. Faz parte do preço de nossa desigualdade.

Erram os que querem esquecer o presente para tratar só do futuro, por meio da educação. A verdade incômoda é que não haverá futuro que preste, nem dinheiro ou poder para educar, enquanto continuarmos dentro da camisa-de-força econômica em que estamos, paralisados.

Cortemos a pseudo-ortodoxia ao meio. Reafirmemos a parte indispensável: o realismo fiscal. Joguemos fora a parte venenosa: o conformismo institucional. Usemos o poder e o dinheiro do Estado para construir novo modelo de desenvolvimento sobre a base da ampliação de oportunidades econômicas e educativas. Enfrentemos as verdades que, de incômodas, passarão a ser libertadoras.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Enquadrar os rentistas

Estão assustados. Só o susto explica o afã quase histérico com que se procura prevenir qualquer tentativa de acabar, reeleito o presidente, com o negócio principal do Estado brasileiro nas últimas tres décadas: transferir riqueza de trabalhadores e de produtores para rentistas por meio dos juros que paga a seus credores.

Há apenas duas maneiras de gerar em pouco tempo recursos de vulto para o investimento público em gente e em infra-estrutura produtiva: redução rápida e dramática do juro e aumento da idade da aposentadoria. Juros e pensões são as duas principais despesas do Estado. Os propagandistas que tratam como sancrosantos os contratos da dívida pública, sob o manto de respeito pelo império do direito, não se pejam de acenar com ataques ilegais e inconstitucionais, além de penosos e inconvenientes, contra os direitos de funcionários e trabalhadores. Para eles, o mercado de títulos da dívida pública é "perpetuum mobile", leilão perfeito, independente da vontade humana. A desonestidade intelectual lhes deve ficar atravessada nas gargantas.

Separemos mentira de verdade nessa empulhação. É verdade que os beneficiários do sistema atual não são apenas os bancos. Mas é mentira que seja a nação toda. São poucas dezenas milhares de famílias que açambarcam o grosso do benefício runinoso para o país. É verdade que não se baixa juro por decreto. E que enquanto não cortarmos o círculo vicioso do juro extorsivo e da fragilidade do Tesouro, não nos podemos dar o luxo de baixar o "superávit fiscal primário". Mas é mentira que a única coisa que possa o governo dizer aos mercados financeiros seja: amém.

Calote e amém são dois extremos. A realidade, na história moderna das finanças públicas, é o jogo de empurra entre governos e credores, de ameaça recíproca, de ver quem amarela primeiro. Por isso mesmo, para que o governo negocie com força, é preciso suportar a persistência do sacrifício fiscal. E levantar o escudo de controles reforçados e temporários sobre as saídas de dinheiro.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Os paladinos do desmonte do Estado argumentam que o juro é absurdo porque o governo gasta demais e porque os tribunais são complacentes com os devedores. Já alguns de nossos maiores banqueiros costumam dizer entre risadas que não sabem por que o governo paga tanto aos que compram títulos públicos; se os tomadores recebessem a metade do que recebem hoje, teriam dificuldade em encontrar alternativas de investimento com mais retorno e menos risco. Ouçamos a voz da razão endinheirada; aprendamos com os banqueiros.

Produtividade libertadora

O que a nação mais quer é crescimento econômico com inclusão social. Há pré-requisito para que alcance o que deseja. Difícil exagerar seu relevo ou entender sua quase completa ausência do debate brasileiro.

Custo de unidade-trabalho é o nome dado à remuneração média do trabalho, por unidade de produto feita por aquele trabalho. Junta produtividade e custo da mão de obra num único critério de comparação.

Estudos recentemente publicados mostram algo que ajuda a explicar a mediocridade em que, há mais de 25 anos, vegetamos. Num desses estudos, em que se dá valor 100 à unidade-trabalho nos Estados Unidos, a China recebe 21 e a Índia, 19. Em seus setores organizados, têm, portanto, unidade-trabalho 5 vezes mais barata do que os Estados Unidos. Para o México,, porém, o número é 97: o salário é muito mais baixo do que nos Estados Unidos, mas a produtividade também é. O país não tem como reduzir o custo da mão de obra a níveis chineses. E não conseguiu salto de produtividade. Falta informação suficiente para calcular a medida no Brasil. Há, porém, razões para crer que estamos próximos dessa situação mexicana.

Nem México nem China. Só ruína nos aguarda se insistirmos na tentativa insensata de nos tornarmos uma China menos populosa, menos equipada, menos ousada e mais cara. Ganho de produtividade, não aposta em trabalho desqualificado, desequipado e barato, é o caminho.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Algumas iniciativas factíveis nos poriam nesse rumo. No bojo do esforço prioritário para melhorar a qualidade da escola pública, ensino técnico e profissionalizante que não negue a qualquer criança brasileira, sob pretexto de profissionalizá-la, o domínio de capacitações conceituais básicas. Supressão de todos os encargos sobre a folha de salários e incentivos para empregar e qualificar os trabalhadores mais pobres. Associação entre governos, universidades e empresas, por meio de entidades autônomas como a Embrapa, para desenvolver, adaptar e transferir tecnologias apropriadas a nossa circunstância. Política industrial descentralizada, participativa, pluralista e experimental. Dedicada menos a favorecer alguns setores da economia sobre outros do que a difundir práticas que deram certo. E a ajudar milhares de empreendimentos emergentes a ganhar acesso aos mercados mundiais. Produtividade libertadora porque baseada na capacitação de muitos.

Dirão que estou pedindo muito. Estou pedindo o indispensável para que o Brasil se possa levantar.

5%

O Brasil todo quer crescer a mais de 5% por ano. E quer crescimento com inclusão social. Ao contrário do que se diz, é possível. Uns exigem que o Estado gaste menos (a turma dos que pensam como se pensava em 1920); outros, que gaste mais (a turma de 1940). Não é por aí. Tratemos de aproveitar as lições da experiência mundial recente.

1. Reafirmar os compromissos com a responsabilidade fiscal e com a estabilidade monetária.
2. Sinalizar rigor fiscal. Depois do juro, o ítem que pesa é previdência. A anomalia brasileira é a falta de idade mínima para aposentar-se. Ao instituí-la, evitemos que o ônus recaia sobre pobres que começam a trabalhar jovens.
3. Endurecer na pressão para baixar o juro, operando no limite com o mercado financeiro.
4. Cuidar para que o efeito repercuta mais em crédito para a produção do que em crédito para o consumo, atenuando o conflito entre os objetivos de crescimento e de estabilidade. Sobretaxar o crédito ao consumidor.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

5. Aproveitar e facilitar o efeito que o tensionamento com o mercado financeiro terá na desvalorização cambial.
6. Providenciar desoneração tributária do investimento privado: abatimento para o investimento não financeiro, sobretudo em fundos que invistam em empreendimentos médios ou emergentes, e encurtamento do período de amortização.
7. Desobstruir juridicamente o investimento público, com emendas da Lei de Responsabilidade Fiscal que aumentem a capacidade dos Estados e Municípios de endividar-se para investir em saneamento básico e em educação. E abrir caminho para o investimento público e privado em rodovia, porto, e energia -- sobretudo em substitutos do petróleo.
8. Reformar a legislação ambiental para que siga o princípio das exigências crescentes, começando por baixo.
9. Desonerar os encargos que pesam sobre a folha de salários, mesmo que a base tenha de ser temporariamente o faturamento ou o valor acrescido.
10. Deixar de dar dinheiro de trabalhador, em forma de empréstimo subsidiado, a grandes empresas. Tudo de facilidade pública -- em crédito, tecnologia e acesso a mercado - para qualificar os empreendimentos relativamente pequenos que empregam a grande maioria dos trabalhadores.
11. Estabelecer práticas contemporâneas de gestão no setor público. Organizar carreiras de Estado. E fundar núcleo administrativo de elite -- braço direto do presidente -- para cobrar resultados e fazer andar.

É só um começo, mas que começo!

Como não crescer

Para encontrar o rumo ao crescimento com inclusão é preciso evitar dois descaminhos.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

O primeiro descaminho veste as roupagens da ortodoxia. Falta-lhe, porém, base na teoria econômica, na prática dos países ricos ou na experiência do que venha dando certo. É pseudo-ortodoxia, recomendada por autoridades econômicas, políticas e acadêmicas de países fortes e ricos a governos de países fracos e pobres. Sacrifica a economia real à confiança financeira. Adota agenda de "reformas" destinada a agradar investidores privados. Não é projeto que ainda seja levado a sério por estudiosos do desenvolvimento mundo afora. Nenhum dos países que crescem rapidamente o adota; o mais distante dele é a China. Nenhum dos países que o abraçam cresce, com a exceção parcial de alguns pequenos como o Chile. Absurdamente, continua a ser defendido entre nós, com pompa, como se fora encarnação da ciência e do bom senso.

Assim como o primeiro descaminho é ortodoxia postiça, o segundo é rebeldia desorientada. Trata-se do Keynenianismo simplificado que, no Brasil, por falta de tradições intelectuais vigorosas, acaba servindo de contraponto à orientação dominante. Sua diretriz é afrouxar o rigor fiscal graças à diminuição do superávit, à revisão das leis inibidoras e à multiplicação de isenções tributárias, para que governo, empresas e indivíduos invistam e gastem mais.

Mas há problema. Se não houver estratégia consistente que persista no rigor fiscal para poder, com êxito, tensionar com o mercado financeiro e baixar o juro; que privilegie incentivos à produção porém adie incentivos ao consumo para evitar que se agrave a tensão entre crescimento econômico e estabilidade monetária; que mobilize recursos já disponíveis (por exemplo, no BNDES) para superar os gargalos de transporte e de energia e que facilite transferência maciça de tecnologia e de conhecimento às centenas de milhares de empreendimentos emergentes que constituem nossa verdadeira fábrica de empregos, o esforço de rebeldia terminará em frustração. Aos primeiros sinais de surto inflacionário e de crise de confiança, o governo se renderá.

É preciso ter visão de conjunto. A visão necessária mantém o rigor fiscal, organiza o investimento público, incentiva o investimento privado, muda as leis que castigam quem empregue e qualifique o trabalhador; constrói o desenvolvimento sobre a base da ampliação de oportunidades para aprender, trabalhar e produzir.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Eixo do desenvolvimento

Duas idéias a respeito do desenvolvimento ganham influência crescente no mundo. Começam a definir os pontos de partida de debates nos centros do pensamento mundial.

A primeira dessas idéias reconhece que o desenvolvimento exige libertar forças de mercado, no sentido mais amplo, que é o da descentralização do poder de iniciativa. Julga, porém, ser imprescindível a mais absoluta falta de dogma na maneira de libertá-las: novas formas institucionais na organização da economia de mercado e no relacionamento entre o poder público e a iniciativa privada. E por que critérios se devem pautar tais inovações?

A resposta está na segunda idéia em ascensão. O crescimento econômico desejável é o que resulta da ampliação de oportunidades econômicas e educativas: mais acesso aos meios da produção e da capacitação para mais gente de mais maneiras. Não se alcança o alvo sem inovar nas instituições econômicas: economia de mercado mais incluída socialmente é sempre economia de mercado reorganizada. E não se reorganiza a economia de mercado sem instituições políticas que atenuem a influência dos endinheirados e dos "lobbies" sobre o poder.

A discussão brasileira a respeito do desenvolvimento não guarda relação com essas idéias. Ela continua dividida em dois campos, que abraçam dois equívocos.

De um lado, estão aqueles que só querem falar em baixar o juro e desvalorizar o câmbio, confundindo preliminar com estratégia. Não haverá crescimento, bom ou ruim, sem que se baixe o juro e se desvalorize o câmbio. Mas se são condições necessárias, não são condições suficientes.

De outro lado, estão os que insistem em seguir um formulário desacreditado. Bastaria cortar o gasto público, diminuir o ônus tributário, enquadrar o Estado, cumprir a agenda de "reformas" recomendada ao Sul pelo Norte, cuidar da educação e atenuar o efeito das desigualdades por meio de "redes de proteção social". Com a exceção parcial de um Chile mal explicado, não se consegue dar exemplo de economia que em décadas recentes haja prosperado por esse método.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Uma estratégia brasileira de desenvolvimento têm de começar por mudar o foco de nossos esforços. Sua diretriz é apoiar o desenvolvimento em democratização, decisiva e irreversível, de oportunidades para trabalhar, produzir e aprender. Só assim se fará revolução de produtividade e de cidadania no Brasil. Exige reconstruir as formas institucionais da economia de mercado e da democracia política. Abrir esse caminho é a tarefa mais importante da política e do pensamento brasileiros.

Oportunidade primeiro

Quando em resposta ao maior colapso econômico do século 20, o Presidente Roosevelt lançou projeto maciço de obras públicas na esperança de reativar a economia americana, o resultado foi quase nulo. Em 1937, a situação piorou. Valeram as novas garantias individuais contra os efeitos do desemprego e da pobreza. O que recuperou a economia americana, porém, não foram as obras de Roosevelt. Foi a guerra. Ela mobilizou, à força e em dimensão enorme, os recursos naturais, financeiros e sobretudo humanos do país. De 1941 a 1945, o PIB dos Estados Unidos dobrou.

Já na Alemanha, ao mesmo tempo que Roosevelt tentava sua estratégia, o governo de Hitler, livre dos limites impostos pela democracia, conseguiu o que Roosevelt não alcançara. Hitler impôs economia de guerra antes da guerra.

Grandes obras públicas, tipicamente voltadas para transporte e energia, podem justificar-se por si mesmas para derrubar obstáculos à expansão das atividades econômicas. Não devolvem, porém, qualquer economia moderna ao crescimento acelerado e includente se não ocorrerem em escala gigantesca, a escala característica das guerras. Como rumo ao crescimento, são insuficientes.

Transposta para a realidade brasileira, essa lição não significa que devemos deixar de empreender obras públicas de vulto. Elas formam componente indispensável de uma estratégia nacional de desenvolvimento, porém apenas isso. Em nossa circunstância, ajudarão a viabilizar o crescimento somente se combinadas com dois outros elementos: um, preliminar; o outro, decisivo.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

O elemento preliminar é o rebaixamento persistente do juro real. E, em parte por conta do tensionamento com o mercado financeiro que resulte do indispensável jogo de empurra entre o Tesouro e os representantes dos rentistas, a desvalorização do câmbio. Tudo sob a condição, penosa e necessária, de reafirmar os compromissos com o realismo fiscal e com a estabilidade monetária.

O elemento decisivo é a ampliação de oportunidades econômicas e educativas. Tirar 60% dos trabalhadores da informalidade, abolindo os encargos sobre a folha de salários. Usar os poderes e os recursos do Estado para abrir acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento em favor de multidão de empreendedores emergentes. Fazer da melhora da qualidade do ensino básico, sob responsabilidade federal, a causa sagrada e prioritária da nação.

Nessa convergência de preliminares, de obras e de oportunidades está hoje o caminho de nossa libertação.

Nova economia do novo

Antigamente, a produção mais avançada -- a que exige mais capital, tecnologia e conhecimento e portanto mais aumenta a produtividade do trabalho -- estabelecia-se somente nas economias centrais. As economias periféricas praticavam apenas a produção mais rudimentar. Essa distribuição hierárquica das capacitações produtivas era tida como fato natural e inescapável por liberais e por marxistas. E ajudava a explicar o comércio internacional.

Não mais. Estabelecem-se hoje vanguardas de produção tanto nas economias mais ricas como nas economias em desenvolvimento mais vibrantes. O que marca tais vanguardas não é apenas acúmulo de capital e de tecnologia; é nova maneira de produzir e de trabalhar, cada vez mais distante das especializações rígidas exemplificadas pela fábrica de alfinetes descrita por Adam Smith ou da linha de montagem organizada por Henry Ford. Atenua-se o contraste entre tarefas de supervisão e de execução. As especializações, antes inflexíveis, flexibilizam-se. Misturam-se a competição e a cooperação. A inovação permanente vira diretriz do trabalho.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Tais setores avançados formam rede, que começa a assumir o comando da economia mundial. Trocam diretamente entre si recursos, práticas, idéias e quadros. Mesmo nas economias mais ricas, porém, a maior parte da população continua sem acesso aos meios para aprender e manejar as práticas vanguardistas. E os antídotos tradicionais contra as desigualdades resultantes -- a difusão da pequena propriedade e as políticas sociais compensatórias -- nem de longe bastam. Ficaré o novo vanguardismo produtivo restrito a elites? Ou servirá para soerguer as maiorias?

Se nos contentarmos com o papel de recauchutar indústrias tradicionais, desmontadas na parte mais rica do mundo, na esperança de que aqui prosperem à custa de trabalho barato, continuaremos a vegetar na mediocridade. A escassez de empreendimentos de grande escala em nossa economia, bem como o pendor para o improviso engenhoso em nossa cultura, favorecem o alastramento entre nós do novo paradigma produtivo. Fecundaremos essas condições favoráveis se soubermos aproveitar os recursos e os poderes do Estado não para suprimir o mercado mas para democratizá-lo. Significa abrir acesso à tecnologia, ao crédito, ao conhecimento e às novas práticas de produção em favor da energia empreendedora que se dissipa, por falta de condições, no Brasil. Tarefa de resgate e de engrandecimento. A ela se devem agora dedicar a nação e seu governo.

Impostos e futuro

Se há parte do debate nacional onde a clareza ajuda a produzir o avanço, é a da reforma tributária.

Compreendamos, em primeiro lugar, que tanto os impostos, do lado da arrecadação, quanto as transferências de renda do governo para pobres, do lado do gasto, são instrumentos acessórios, ainda que úteis, na diminuição das desigualdades. O que iguala mesmo é democratizar oportunidades econômicas e educativas.

Em segundo lugar, quando se quer avaliar a justiça de impostos, o que importa é o resultado, não a aparência. As democracias mais igualitárias -- algumas

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

das social-democracias européias -- obtem a maior parte de sua receita pública da tributação indireta do consumo, especialmente por meio do imposto sobre o valor agregado, apesar de ser esse um imposto regressivo. Diz-se regressivo porque incide mais sobre quem ganha menos e portanto sobre quem consome parte proporcionalmente maior de sua renda. A explicação do suposto paradoxo é que essa forma de tributação permite arrecadar mais, com menos desincentivo para poupar, investir e trabalhar. O que se perde de progressividade do lado da receita, ganha-se em dobro na hora do gasto social.

Em terceiro lugar, o tributo para o qual converge o mundo é um imposto abrangente, e de alíquota única, sobre o valor agregado, o IVA. É o que menos distorce os preços relativos. Minimiza, portanto, o trauma econômico. As alternativas, como o imposto sobre transações bancárias, não gozam da mesma neutralidade. Em regime federativo como o nosso, a União deve arrecadar todo o IVA, com participações pactuadas dos Estados e dos Municípios.

Em quarto lugar, por ser o IVA um imposto regressivo, só deve ser aceito como eixo quando instituído no bojo de um projeto maior de desenvolvimento com inclusão. Projeto que aumente o gasto social redistribuidor e que democratize as oportunidades para trabalhar e aprender.

Em quinto lugar, a melhor maneira de tornar o regime tributário mais justo é construir, sobre a base do IVA, dois outros impostos. O primeiro alcançaria a hierarquia dos padrões de vida, incidindo, em escala altamente progressiva, sobre a diferença entre a renda e a poupança de cada contribuinte. O segundo incidiria sobre a própria riqueza, sobretudo quando transmitida por meio de doação familiar ou de herança. Os obstáculos são políticos, não técnicos. Imprestável é o imposto de renda, antro de confusão. Na prática, serve apenas para tributar salários da classe média.

Tudo muito chato talvez, porém indispensável.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

Crescer sem dogma

Para que se aprofunde o crescimento econômico com inclusão social, os ajustes do juro e do câmbio são condições necessárias porém não suficientes. Estão ligadas as duas condições: a pressão baixista sobre o juro aliviaria em muito a pressão altista sobre o câmbio.

E já há até amplo grau de consenso a respeito das outras iniciativas imprescindíveis ao tipo de desenvolvimento que o país deseja. Essas iniciativas terão de ocorrer em cinco grandes áreas. A primeira, e a mais importante, é a melhora da qualidade do ensino básico. A segunda é a ampliação de nossa base de energia e de transporte. A terceira é simplificação tributária que culmine na desoneração da folha de salários e que, com isso, ajude a tirar da informalidade mais da metade de nossos trabalhadores. A quarta é a reconstrução do Estado: de seus quadros e de suas práticas de gestão. A quinta é o uso dos poderes e dos recursos do Estado para facilitar o acesso à tecnologia, ao crédito e ao conhecimento por parte do empreendedorismo que emerge de baixo em todo o país.

Para que tais iniciativas tenham como defecho o crescimento com inclusão, terão elas de vir precedidas de correção mais dramática do juro e do câmbio do que a conseguida até agora? Ou podem os ajustes do juro e do câmbio ocorrer mais tarde, no meio do caminho, sem prejuízo para o alvo maior?

Estou entre os muitos que defendem a correção já. Discordo da idéia de que juro mais baixo e câmbio menos valorizado sejam impossíveis, dentro do respeito aos contratos da dívida e do regime do câmbio flutuante, sem que o país tenha de fazer sacrifício fiscal ainda maior do que o que já faz. Desarmemos, contudo, os espíritos e avaliemos a outra opção: a de esperar, pacientemente, que os cinco conjuntos de iniciativas desenvolvimentistas não só comecem a acelerar o crescimento includente como também facilitem, em etapa posterior, os ajustes do juro e do câmbio.

Obriga-me a honestidade intelectual a reconhecer que essa segunda opção

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

goza de duas vantagens enormes. Minimiza o risco de reação desestabilizadora por parte dos mercados. Em parte por causa disso, mas também por conta de sua aparência de moderação e de normalidade, facilita construir em torno da causa desenvolvimentista um consenso nacional abrangente e duradouro. Sem tal consenso, não chegaremos lá.

Portanto, abaixo os dogmas -- não só os deles, mas também os nossos. É mais importante dar braços e asas à energia frustrada da nação do que homenagear nossas teses.

Os aparelhos e o ar

Lutam no país duas idéias a respeito das condições macroeconômicas de novo modelo de crescimento econômico. Uma dessas idéias conta com cada vez menos aderentes; só a abraçam com entusiasmo os beneficiários do rentismo financeiro. Outros continuam a render-lhe homenagens apenas por não ver com clareza a alternativa ou por temer os riscos da travessia. A idéia contrastante é o objeto obscuro do desejo nacional. Seu problema é que ainda não conseguiu expressar-se em estratégia clara. Envolta em brumas, acaba parecendo mais difícil e arriscada do que de fato é.

De acordo com a primeira idéia, que continua a reinar por conta do interesse de alguns e da desorientação de muitos, o câmbio valorizado seria consequência natural de nosso próprio êxito bem como do juro alto. E o juro alto seria efeito inescapável de um passado de irresponsabilidade, e de um presente de desconfiança, nas finanças públicas. Desconfiança provocada por inveterado malogro na contenção do gasto público. O resultado, porém, não seria de todo ruim. Para sobreviver no ambiente hostil, dizem, precisam as empresas tornar-se mais eficientes. Falta oxigênio. Têm de aumentar capacidade pulmonar. Para as mais ofegantes, permite-se o uso de aparelhos (desonerações tributárias pontuais).

Errado. Sobrepõe os interesses de grandes empresas estabelecidas, que se podem socorrer de financiamento próprio ou internacional, aos interesses dos empreendimentos emergentes, que representam a força maior de nossa economia.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

E desconsidera a tarefa prioritária da política industrial. Não é escolher os setores que devam prosperar. É contrabalançar, de um modo que respeite o imperativo da concorrência e que ajude a provocar o fervor de empreender, as inibições características do subdesenvolvimento.

Aí está o ponto de partida da outra idéia. Usar os poderes e os recursos do Estado não para dirigir ou suprimir os mercados mas para tomar iniciativas que dêem a mais gente mais acesso a mais mercados de mais maneiras. E combinar o incentivo ao espírito empreendedor com aquilo que o populismo e o estatismo econômicos costumam suprimir: o aguçamento da concorrência. À fecundidade empreendedora deve seguir-se o mecanismo seletivo da competição. Essa sequência é a fórmula do êxito.

Nada disso providencia solução fácil para os problemas conjugados do juro e do câmbio. Reforça, porém, as razões de nossa inconformidade. Comodismo fatalista, nesse campo como em outros, será ruinoso para o Brasil. Tragam o oxigênio, não nos aparelhos mas no ar.

Elites abraçam tese radical

Hoje, nada de propostas programáticas; só um pouco de reportagem. Levantou-se em 1998 a tese de que o endividamento do Estado brasileiro se transformava em problema incapaz de ser resolvido na base de aceitação passiva das práticas e das expectativas do mercado financeiro. E mais do que isso: em obstáculo a qualquer novo ciclo de crescimento duradouro. Já se dilapidara o dinheiro das privatizações na farra da reeleição de FHC. E já se abandonara qualquer tentativa séria para forçar o Estado a gastar menos e a investir mais.

O Brasil entrava no caminho que nos levou ao ponto em que estamos hoje: uma dívida que, embora pareça razoável em termos absolutos e comparativos, se torna, em nossa realidade, impagável. Cobrada a juros arrasadores, a dívida interna anula a capacidade do Estado de atuar e de investir e sacrifica os produtores aos rentistas. Hoje um esforço fiscal hercúleo continua a pagar menos da metade dos juros da dívida interna; o resto se acresce ao principal. E o pagamento da dívida

O desenvolvimento econômico e sua reorientação

externa compromete a parte leonina das divisas produzidas pelo agronegócio -- o único grande motor remanescente da economia brasileira -- negando-nos recursos para financiar as importações necessárias ao reequipamento de nossa indústria.

A tese de que era preciso renegociar as dívidas interna e externa foi, porém, anatematizada como calote que levaria o Brasil ao abismo. Hoje os mesmos jornalistas e economistas continuam a dizer a mesma coisa, como se nada tivesse acontecido no Brasil ou no mundo.

Já mudou, porém, o que pensam a esse respeito os endinheirados acostumados a mandar e a desmandar no Brasil. Embora seus agentes na mídia, na academia e no governo, continuem repetindo, como otários, o discurso de antes. Já se dá por insustentável a dinâmica da dívida. Alguns crêem que o problema será administrado por inflação mais alta, ainda que controlada. Outros, em número crescente, julgam que a inflação não bastará para evitar uma renegociação -- já hoje relativamente traumática. Assimilaram as lições da Rússia e da Argentina. E examinaram nossas contas nacionais com o espírito de quem não confunde a religião dos mercados (contratos sagrados, povos não) com a imposição dos fatos.

Inverte-se o problema. Corremos o risco de ver a renegociação das dívidas, antes denunciada como se fora o fim do mundo, redescrita como a saída que ela não pode ser. Há muito tempo que a renegociação representa uma das preliminares -- agora mais custosa do que poderia ter sido antes -- de uma saída. É, porém, apenas a abertura -- seja a uma ópera-bufo ou a Parsifal. Falta, ainda, o conteúdo de uma estratégia nacional desenvolvimentista e democratizante. O trauma da renegociação será estéril se não for acompanhado de iniciativas que se destinem a mobilizar os recursos nacionais, canalizando poupança privada de longo prazo para investimento privado de longo prazo, a instrumentalizar, com acesso a crédito, tecnologia e conhecimento, a multidão emergente de empreendedores, a resgatar da informalidade os dois terços de trabalhadores que trabalham sem carteira assinada e a aprofundar o mercado interno, aumentando a participação dos salários na renda nacional. A realidade penosa solapa o preconceito interesseiro. Mas só a aliança da clareza com a coragem libertará o país.

O desenvolvimento econômico e sua reorientação